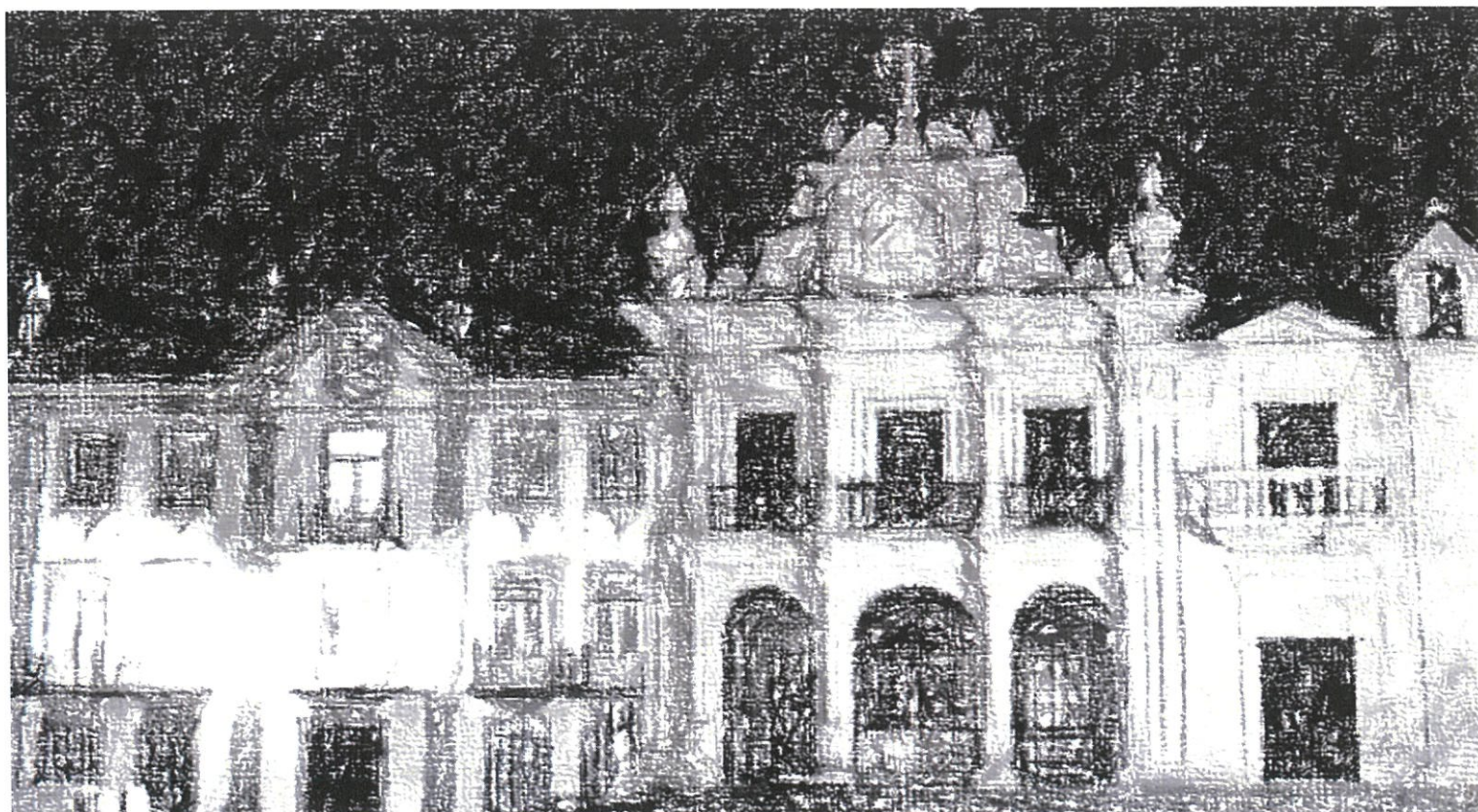




*Fundada em 1516  
Distinguida com a Medalha  
de Ouro da Cidade de Chaves  
Em 12/12/85*

## Relatório de Atividades e Contas de 2019

**junho de 2020**



ENTREGUE NO CDSSS DE

PEÇAS FINAIS DE APRESENTAÇÃO DE CONTAS  
DAS  
INSTITUIÇÕES PARTICULARES DE SOLIDARIEDADE SOCIAL

ANO DE 2019

DENOMINAÇÃO Santa Casa da Misericórdia de Chaves

MORADA Largo Caetano Ferreira

LOCALIDADE Chaves

FREGUESIA Santa Maria Maior

CONCELHO Chaves

RESERVADO AOS SERVIÇOS

Dist. Conc. IPSS

CÓD

--	--	--	--	--	--	--	--

CÓDIGO POSTAL 5400 - 136 CHAVES

ESPAÇO RESERVADO AO CENTRO DISTRITAL

PARECER:

EM \_\_\_\_\_

DESPACHO:


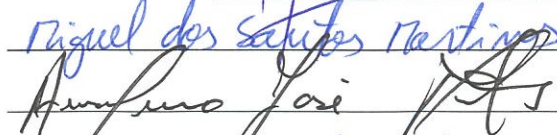

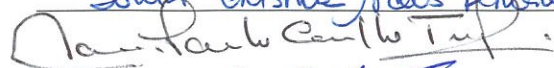

EM \_\_\_\_\_

A DIRECÇÃO

LOCAL: Chaves

DATA: 12 de março de 2020

ASSINATURAS:

  
Riquel dos Santos Martins  
  
Américo José  
  
Sónia Cristina das Neves  
  
António Carlos  
  
Mariana

APROVADO EM ASSEMBLEIA GERAL

Chaves, 30 de junho de 2020

ASSINATURA DO PRESIDENTE





A collection of handwritten signatures in blue ink, including a large signature at the top and several smaller ones below it.

# RELATÓRIO DE ATIVIDADES

2019



**ÍNDICE**

ÍNDICE ..... 1

ÓRGÃOS SOCIAIS ..... 3

INTRODUÇÃO..... 4

ACÇÕES DESENVOLVIDAS..... 6

1. Diálogo Institucional..... 6

1.1 Segurança Social..... 6

1.2 União das Misericórdias Portuguesas / Confederação Nacional das Instituições de Solidariedade Social ..... 6

1.3 Câmara Municipal de Chaves ..... 7

1.4 Sindicatos..... 7

1.5 Fornecedores..... 7

II. EQUIPAMENTOS SOCIAIS ..... 8

1. LAR NOSSA SENHORA DA MISERICÓRDIA/CHAVES..... 8

2. LAR NOSSA SENHORA DA CONCEIÇÃO/VIDAGO ..... 8

3. LAR DE SANTA ISABEL / VILAR DE NANTES..... 9

4. CENTRO SOCIAL DE CASAS DOS MONTES ..... 9

5. CENTRO SOCIAL DE VILARELHO DA RAIA ..... 9

6. CASA DE ACOLHIMENTO (Escola de Artes e Ofícios) ..... 10

7. Apoio à Terceira idade..... 10

8. Apoio à Infância..... 11

9. Apoio à Infância e Juventude ..... 12

III. EQUIPAMENTOS RELIGIOSOS..... 12

1. Igreja da Misericórdia..... 12

2. Capela do Senhor do Calvário ..... 13

3. Nicho do Senhor dos Passos..... 13

4. Outros equipamentos..... 13

IV. ADMINISTRAÇÃO GERAL DA IRMANDADE ..... 13

1. Gestão do Património ..... 13

2. Serviços Operativos ..... 13

3. Agricultura e Agropecuária ..... 14

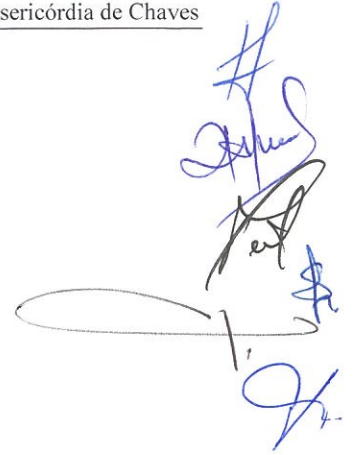


4.	Recursos Humanos .....	15
5.	Gestão Económica e Financeira .....	15
6.	Perspetivas .....	20
7.	Proposta de aplicação de resultados .....	20
8.	Nota Final .....	20
1.	CONTAS DO EXERCÍCIO DO ANO DE 2019.....	22
2.	BALANÇO .....	23
3.	DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS .....	24
4.	DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA .....	25
5.	ANEXO .....	26
5.1	Identificação da Identidade.....	26
5.2	Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras.....	26
5.3	Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros.....	28
5.4	Ativos fixos tangíveis .....	33
5.5	Custos de empréstimos obtidos.....	35
5.6	Inventários.....	36
5.7	Rendimentos e gastos. ....	37
5.8	Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes .....	37
5.9	Subsídios e outros apoios das entidades públicas. ....	38
5.10	Instrumentos financeiros. ....	39
5.11	Benefícios dos empregados. ....	45
5.12	Acontecimentos após a data de balanço. ....	45
5.13	Divulgações exigidas por outros diplomas legais.....	46
5.14	Outras divulgações. ....	46

## ÓRGÃOS SOCIAIS

### Mesa da Assembleia Geral

- Presidente Hélder Amadeu Batista Sá
- Secretário efetivo Joaquim Tomaz
- Secretário efetivo Alípio Martins Afonso



### Conselho Fiscal/Definitório

- Presidente Jorge Gualdino Lourenço Melo
- Vogal efetivo Vítor Manuel Salgado Dias
- Vogal efetivo Fernando José Ramos
- Suplente Fernando José Barreira Machado Pereira
- Suplente Manuel Pedro Oliveira Branco Teixeira
- Suplente Sebastião Garcia Salgado

### Mesa Administrativa

- Provedor Jorge Alexandre Rodrigues Pinto de Almeida
- Vice- Provedor Anselmo José Martins
- Tesoureiro Miguel dos Santos Martins
- Secretário Sónia Cristina Adães Ferreira
- Vogal efetivo Marco Paulo de Carvalho Terrão
- Vogal efetivo Eduardo Amílcar Teixeira da Cruz
- Vogal efetivo António Joaquim Pinto Dias
- Vogal suplente Américo Nunes Peres
- Vogal suplente Maria José Pessoa
- Vogal suplente Maria Olímpia Vicência Mairos
- Vogal suplente Carlos Aires Latoeiro



## RELATÓRIO DE ATIVIDADES DO ANO DE 2019

### INTRODUÇÃO

O presente documento - Relatório de Atividades e Conta de Gerência do ano de 2019, pretende levar ao conhecimento da Assembleia Geral de Irmãos o trabalho desenvolvido ao longo do ano transato, colocando o mesmo à apreciação e votação dos Digníssimos Irmãos.

As atividades desenvolvidas, numa lógica de continuidade do funcionamento dos diversos equipamentos e respostas sociais, procuraram, em todo o momento, seguir o Plano de Atividades delineado especificamente para cada resposta, focado no bem-estar dos utentes, procurando corresponder às suas expectativas e anseios.

Com o intuito de promover o espírito de solidariedade, nomeadamente com as pessoas em situação de dificuldades ou em exclusão social, foram ainda desenvolvidas atividades voltadas para a comunidade, através das quais, foi possível proporcionar aos utentes da Misericórdia, de outras Instituições e comunidade em geral, momentos de convívio, partilha e confraternização.

Pese os constrangimentos de natureza económica e financeira com que esta Instituição se debate, há vários anos, e a falta de alinhamento que ainda não foi possível ultimar, no que diz respeito a custos e proveitos, importa referir que ao longo de 2019 foram tomadas medidas com vista ao almejado saneamento financeiro que permitiram iniciar o Plano de Reequilíbrio Financeiro da Santa Casa da Misericórdia de Chaves, nomeadamente a obtenção de despacho favorável à candidatura ao Fundo de Socorro Social da Segurança Social, para pagamento de dívidas aos trabalhadores com salários e atualizações salariais em atraso bem como e o pagamento parcial de dívidas a fornecedores.

Conforme tem vindo a acontecer, em consequência de atualizações salariais e aumentos anuais do salário mínimo nacional, a rubrica de custos com o pessoal tem



#  
[Handwritten signature]  
[Handwritten signature]

ainda grande expressão no cômputo geral dos custos da Instituição. Embora o número de colaboradores tenha reduzido em 2019, o custo com esta rubrica não reflete tal redução.

Ainda, no que respeita a esta matéria, e cumpridos os compromissos salariais com os trabalhadores, foi possível diminuir a dívida para com os mesmos através do pagamento dos salários em atraso (relativos ao 2012).

É de salientar a reabertura da creche no equipamento social de Vidago que, apesar dos constrangimentos financeiros, foi possível com a nossa vontade e com a ajuda financeira do Município, possibilitando a reabertura desta resposta social, colmatando uma necessidade premente da comunidade de Vidago e criando condições para o fomento de relações intergeracionais.

Chaves, 12 de março de 2020

A Mesa Administrativa

[Handwritten signatures of the Administrative Board members]





## ACÇÕES DESENVOLVIDAS

### 1. Diálogo Institucional

No âmbito das atividades da Santa Casa da Misericórdia de Chaves, numa perspetiva institucional de abertura à sociedade, foi possível desenvolver um conjunto de relacionamentos institucionais, particularmente com a Segurança Social, União das Misericórdias Portuguesas, Confederação Nacional das Instituições de Solidariedade Social, Câmara Municipal de Chaves, Diocese de Vila Real, Delegação de Chaves da Cruz Vermelha Portuguesa, Serviços de Saúde, Instituições Financeiras. Estabelecemos ainda diálogo institucional com os o Sindicato dos trabalhadores desta Instituição.

#### 1.1 Segurança Social

No âmbito da cooperação institucional com o Centro Regional de Segurança Social, realizaram-se reuniões, onde foi possível abordar assuntos relacionados com o processo de Acompanhamento Técnico a esta Instituição.

Foi ainda renovado o programa de emergência alimentar (Cantinas Sociais), com o mesmo número de refeições protocoladas.

O diálogo constante com o Centro Distrital de Segurança Social decorreu maioritariamente sobre os relatórios de visitas de acompanhamento e inspeções, que inclusivamente levaram à suspensão temporária de acordos de cooperação, procurando reverter esta situação e salvaguardar o normal funcionamento dos Equipamentos Sociais.

#### 1.2 União das Misericórdias Portuguesas / Confederação Nacional das Instituições de Solidariedade Social

A União das Misericórdias Portuguesas, assim como a Confederação Nacional de Instituições de Solidariedade Social, deram continuidade à colaboração que tem vindo a ser estabelecida com esta Santa Casa, na condição de associada, através da disponibilização de informações regulares sobre assuntos de interesse para a



Instituição, o acesso a procedimentos especializados e o esclarecimento de situações pontuais em matérias de alguma complexidade.

### 1.3 Câmara Municipal de Chaves

Atendendo ao cariz social da Misericórdia de Chaves no Concelho, o Município deu continuidade ao apoio que tinha vindo a prestar a esta Instituição para melhor responder às necessidades dos concidadãos. Este apoio materializou-se através de colaborações pontuais, sempre que solicitadas, mas, sobretudo, através da mediação para o recebimento do Fundo de Turismo (um subsídio de treze mil trezentos e vinte e seis euros e sessenta e sete cêntimos), e ainda da assinatura de um Contrato-Programa através do qual, pelo período de dez anos, a Câmara Municipal de Chaves contribuirá com setecentos mil euros para investimento.

Esta estreita cooperação institucional no âmbito da ação social do Concelho revelou-se e revela-se vital para o cumprimento da Missão da Santa Casa da Misericórdia de Chaves.

### 1.4 Sindicatos

No que se refere às relações laborais, realizaram-se reuniões com os representantes sindicais, visando identificar problemas comuns e encontrar pontos de convergência úteis para todos.

Das matérias abordadas constam essencialmente os salários e atualizações salariais em dívida à maioria dos trabalhadores, reclassificação de categorias profissionais, folgas e uniformização de horários de trabalho.

Todas estas matérias continuam a merecer grande atenção e preocupação da Mesa Administrativa.

### 1.5 Fornecedores

Ao longo do ano transato, foi preocupação desta Mesa Administrativa, dialogar com os nossos fornecedores, particularmente com os credores de dívida em atraso, procurando equacionar processos de regularização.



## II. EQUIPAMENTOS SOCIAIS

### 1. LAR NOSSA SENHORA DA MISERICÓRDIA/CHAVES

Atendendo à manifesta falta de condições de segurança do edifício onde funcionava o “Lar dos Acamados”, conforme advertência da Segurança Social e Autoridade Nacional de Proteção Civil, este edifício foi desativado em 2019, ficando por preencher as vinte e cinco vagas protocoladas para esta resposta, que funcionou neste edifício por mais de uma década, albergando o referido número de utentes em acordo.

Esta situação, pretende-se que seja revertida (através da reativação destas vagas protocoladas) aquando da aprovação da Candidatura do Projeto para requalificação e ampliação do Lar Padre Justino Magalhães, em Casas dos Montes, cujo processo se encontra em curso.

Utentes:

**1.1 Estrutura Residencial para Pessoas Idosas**, situada no centro histórico da cidade de Chaves, tem capacidade e acordo de cooperação com a Segurança Social, para 65 utentes em regime de internamento.

**1.2 Centro de Dia**, com capacidade para 40 utentes e acordo com a Segurança Social, para 32.

**1.3 Serviço de Apoio Domiciliário**, com capacidade para 65 utentes e acordo para 52.

#### ***Programa de Emergência Alimentar***

**1.4 Cantinas Sociais**, com capacidade para 50 refeições/diárias, com Protocolo de Colaboração com a Segurança Social, para a totalidade dos utentes.

### 2. LAR NOSSA SENHORA DA CONCEIÇÃO/VIDAGO

Utentes:

**2.1 Estrutura Residencial para Pessoas Idosas**, situada na Vila de Vidago, tem capacidade para 65 utentes em regime de internamento, com acordo de cooperação com a Segurança Social, para 60 dos utentes.

**2.2 Serviço de Apoio Domiciliário**, com capacidade para 30 utentes e acordo com a Segurança Social, para 15.

#### ***Programa de Emergência Alimentar***



**2.3 Cantinas Sociais**, com capacidade para 47 refeições/diárias, com Protocolo de Colaboração com a Segurança Social, para a totalidade dos utentes.

### **3. LAR DE SANTA ISABEL / VILAR DE NANTES**

Utentes:

**3.1 Estrutura Residencial para Pessoas Idosas**, situada na freguesia de Vilar de Nantes, tem capacidade para 65 utentes em regime de internamento, com acordo de cooperação com a Segurança Social, para 60 utentes.

**3.2 Serviço de Apoio Domiciliário**, com capacidade para 20 e acordo com a Segurança Social, para a totalidade dos utentes.

### **4. CENTRO SOCIAL DE CASAS DOS MONTES**

Utentes:

**4.1 Estrutura Residencial para Pessoas Idosas**, situada no lugar de Casas dos Montes, freguesia de Santa Maria Maior, tem capacidade e acordo de cooperação com a Segurança Social, para 14 utentes em regime de internamento.

**4.2 Pré-Escolar**, com capacidade para 46 crianças e acordo de cooperação com a Segurança Social, para 33.

**4.3 Creche**, com capacidade para 56 crianças e acordo de cooperação com a Segurança Social, para 33.

### **5. CENTRO SOCIAL DE VILARELHO DA RAIÁ**

Utentes:

**5.1 Estrutura Residencial para Pessoas Idosas**, situada na freguesia de Vilarelho da Raia, tem capacidade e acordo de cooperação com a Segurança Social, para 14 utentes em regime de internamento.

**5.2 Serviço de Apoio Domiciliário**, com capacidade para 30 utentes e acordo de cooperação para 10 utentes.

## 6. CASA DE ACOLHIMENTO (Escola de Artes e Ofícios)

Utentes:

**6.1 Lar de Infância e Juventude**, estrutura residencial para crianças e jovens em perigo, com acolhimento prolongado em regime de internato, com capacidade e acordo de cooperação para 50 utentes.

**6.2 Centro de Acolhimento Temporário**, estrutura residencial de acolhimento temporário de curta duração em regime de internato, com capacidade e acordo para 20 utentes.

Apesar das capacidades referidas no acordo de cooperação destas respostas sociais, importa referir que funcionaram em 2019, o Lar de Infância e Juventude, com uma ocupação média mensal a inferior a 50%, e o Centro de Acolhimento Temporário, com uma média mensal superior a 60% da capacidade de acolhimento existente.

Tendo em conta que o preenchimento das vagas destas respostas sociais não são da responsabilidade da Misericórdia, pois esse procedimento é centralizado pelos serviços da Segurança social, as mesmas continuam subaproveitadas em termos de capacidade de acolhimento e, pese embora, tenham sido objeto de tratamento específico com a publicação da Lei 142/2015 de 8 de setembro, no sentido da sua adequação para uma nova resposta designada por Casa de Acolhimento, ainda não foi possível equacionar em que moldes poderá funcionar de futuro uma vez que continuamos a guardar os critérios de funcionamento.

## 7. Apoio à Terceira idade

As ERPI'S – Estruturas Residenciais para Pessoas Idosas, SAD – Serviço de Apoio Domiciliário e CD – Centro de Dia, são as respostas sociais com maior expressão na Santa Casa da Misericórdia, o que, pelas características tão específicas dos utentes que as ocupam, onde os constrangimentos familiares, de saúde, económicos e outros, estão tantas vezes subjacentes ao pedido de prestação dos nossos serviços, pressupõem uma entrega abnegada e permanente para garantir a sua sustentabilidade. Este desiderato só é possível com o trabalho de todos quantos direta ou indiretamente se dedicam a

esta nobre causa que cada dia exige uma identificação mais criteriosa das necessidades e aspirações dos que nos procuram, implementando estratégias eficazes e eficientes na forma de fazer ação social.

Para além dos cuidados de conforto, higiene e alimentação, são também desenvolvidas pela equipa de Animadores Socioculturais, atividades cognitivas, lúdicas, desportivas, religiosas, musicais, de expressão plástica, etc, que ao longo de todo o ano, pretendem contribuir para um envelhecimento ativo, aumentando a qualidade de vida dos idosos, procurando que haja, sempre que possível, uma interação entre os vários Equipamentos Sociais, a Comunidade e outras instituições congéneres do concelho, destacando-se a realização das seguintes atividades:

- Celebração da época litúrgica da Páscoa e do Natal, com animação religiosa e tarde recreativa com representação teatral;
- Cantar das Janeiras;
- Celebração dos Santos Populares;
- VII edição dos Jogos Populares do Concelho de Chaves;
- IX Edição do Envelhecer com Vida
- Celebração do S. Martinho;
- Passeio anual dos Idosos.

Para além das atividades mencionadas, outras foram desenvolvidas ao longo do ano conforme plano de atividades de cada equipamento social.

## 8. Apoio à Infância

Ao longo do ano de 2019 as respostas de Creche e Jardim de Infância, sitos no lugar de Casas dos Montes, e a partir de setembro de 2019, a Creche de Vidago, desenvolveram diversas atividades inseridas no Projeto Educativo, constantes no plano anual de atividades, as quais privilegiaram, sempre que possível, a intergeracionalidade, o relacionamento com os pais/encarregados de educação e a comunidade em geral. De salientar: a Feira de Outono, com a participação ativa dos pais/encarregados de

educação; o cantar das Janeiras; a participação no desfile de Carnaval; o passeio de final de ano e as festas de Natal e final de ano.

### 9. Apoio à Infância e Juventude

Ao longo de 2019 foram desenvolvidas diversas atividades com as crianças e jovens residentes na Instituição, com o intuito de trabalhar a inclusão social e cidadania. Para o efeito, e considerando as vantagens e benefícios que as atividades de lazer, ocupação de tempos livres e prática de desporto despertam ao nível do bem-estar físico, emocional e social, foi nestes pressupostos que assentou todo o seu acompanhamento para além do que pressupõe a sua permanência na Casa de Acolhimento.

Importa ainda referir que, considerando a inclusão dos jovens na comunidade escolar concelhia, os mesmos usufruem de um acompanhamento diário ao estudo acompanhado pelo grupo de Técnicos da resposta social.

Despertaram maior interesse as atividades que se coadunam com a valorização e incentivo da prática de desporto, como seja a realização de jogos de futebol, atletismo, deslocações ao estádio do Grupo Desportivo de Chaves para assistir a jogos, caminhadas ao ar livre, aulas de natação.

Em tempo de férias letivas, foram promovidas diversas atividades lúdicas no exterior, de entre as quais se destaca, em época de calor, as tardes de piscina.

## III. EQUIPAMENTOS RELIGIOSOS

### 1. Igreja da Misericórdia

Situada na Praça de Camões, encontra-se encaixada entre o antigo Hospital da Misericórdia de Chaves e o Museu da Região Flaviense.

A sua construção remonta ao século XVII, ano de 1601.

Funcionando também como casa mortuária, promove toda a atividade religiosa, incluindo a eucaristia diária.

Considerando o seu valor histórico, recebe ainda inúmeras visitas individuais e guiadas em grupo. Destacar ainda o processo de qualificação como imóvel de interesse público junto do Ministério da Cultura.



## 2. Capela do Senhor do Calvário

Situada na Travessa do Calvário em Chaves, edificada no alto da Colina.

A Capela votiva data de 1672.

Funciona pontualmente como casa mortuária e tem como atividade religiosa principal a celebração da Via-Sacra.



## 3. Nicho do Senhor dos Passos

Pequena Capela, cuja construção remonta ao século XVII, situada num pequeno Largo no encontro das ruas Padre Joaquim Fontoura com a rua do Aljube, mais conhecida como a antiga Rua do Anjo.



## 4. Outros equipamentos

Nos equipamentos sociais Lar de Santa Isabel (Vilar de Nantes) e lar Nossa Senhora da Conceição (Vidago) existem capelas privativas, utilizadas para a celebração da eucaristia, missas comemorativas e outros atos de teor religioso sempre que oportuno.

# IV. ADMINISTRAÇÃO GERAL DA IRMANDADE

## 1. Gestão do Património

Este setor, de relevante importância para a Santa Casa, não teve ainda a intervenção necessária para uma correta identificação, registo e avaliação do património imobiliário. Atendendo à sua importância no processo de reorganização funcional da Misericórdia, este processo foi já iniciado ao longo de 2019 através de um levantamento exaustivo do vertido nas Atas da Santa Casa da Misericórdia de Chaves relativamente a esta matéria.

## 2. Serviços Operativos

A antiguidade dos Equipamentos Sociais e a falta de obras de requalificação eficazes para a resolução de problemas, que vão surgindo com o passar do tempo, certamente pelos constrangimentos com que esta Casa tem vivido nos últimos tempos, obrigam a



que haja uma constante necessidade de pequenas obras de beneficiação que são realizadas, na sua grande maioria, pela equipa dos Serviços Operativos da Instituição.

Das intervenções verificadas, no âmbito das especialidades necessárias, que passaram pela construção civil, pichelaria, carpintaria e eletricidade, apenas recorremos a serviços externos em circunstâncias em que a especificidade da intervenção ou a sua dimensão o justificaram.

Em todo o momento, foi preocupação desta Mesa Administrativa, proporcionar as melhores condições de alojamento e conforto aos utentes, fazendo mais e melhor para incrementar a qualidade de vida destes.

### 3. Agricultura e Agropecuária

A agricultura desenvolve-se, essencialmente, no terreno contíguo ao equipamento social Escola de Artes e Ofícios, pelos trabalhadores da Instituição, aproveitando os terrenos disponíveis e demais infraestruturas, destinando a produção ao autoconsumo.

### 4. Recursos Humanos

Durante o ano de 2019 prosseguimos com o processo de reorganização dos diversos serviços, visando a otimização destes e do pessoal afeto aos mesmos, com vista a melhorar a sua eficácia funcional de modo a responder às reais necessidades da Instituição.

Atendendo às despesas com pessoal, que continuam com uma forte expressão nos custos totais de funcionamento da Instituição, durante o ano de 2019 apenas se admitiu pessoal em regime de substituição inerente a baixas por doença ou licença prolongada, com incidência nas trabalhadoras auxiliares.

## 5. Gestão Económica e Financeira

Na perspetiva dos rendimentos anuais obtidos e numa base de grandes agregados, o ano de 2019 apresenta algumas especificidades relativamente ao ano anterior. Assim:

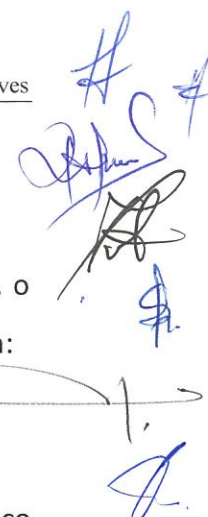
- ✓ O valor das “Vendas e serviços prestados” não apresenta oscilação visível;
- ✓ O valor dos “Subsídios” apresenta um acréscimo significativo, igual a um pouco mais de 400.000 €;
- ✓ Quanto ao valor dos “Outros rendimentos”, assistiu-se a um decréscimo de 63.000 €.

A responsabilidade pelo grande aumento ocorrido no valor dos Subsídios prende-se com a atribuição à Sta. Casa, em 2019, de uma verba pelo valor de 554.000 €, oriunda do Fundo de Socorro Social, a qual em nada se relaciona com os subsídios que recorrentemente a Sta. Casa recebe da Segurança Social respeitantes aos Acordos de Cooperação firmados com esta. Dessa verba de 554.000 € foram recebidos 227.605,87 € ainda em 2019, estimando-se que toda a parte restante seja recebida até ao final de março de 2020.

Ainda a este propósito e em sequência, convém mencionar que, apesar do antedito, o valor global dos “Subsídios” não aumentou por aquele montante, ou seja, pelo valor de 554.000 €, na medida em que foram transferidos pela Segurança Social menos 80.000 €, aproximadamente, no contexto dos já apontados Acordos de Cooperação.

Haverá que acrescentar que o valor dos “Subsídios” recebidos não se circunscreve às verbas transferidas pela Segurança Social e Fundo de Socorro Social, havendo outras fontes de rendimento desta natureza, como seja o caso das transferências oriundas do IEFP a respeito dos apoios à contratação de pessoal.

Quanto às variáveis que afetaram o comportamento, pela negativa, da rubrica de “Outros Rendimentos”, destaca-se aquilo que sucedeu em 2018 e que já não sucedeu em 2019 e que se prende com o registo, naquele ano, de um proveito (rendimento) decorrente do desreconhecimento de um passivo pelo valor de 88.000 € (aprox.), sendo



que tal desreconhecimento está relacionado com o facto de se ter constatado que a Sta. Casa está desobrigada da liquidação daquele passivo.

Fruto das oscilações acabadas de analisar, o total dos rendimentos obtidos em 2019 aumentou aproximadamente 360.000 € em relação a 2018, a que corresponde uma variação percentual de 8,54%.

Apesar de o nível de rendimentos ter aumentado, incluindo o das Vendas e prestação de serviços, não pode a Comissão Administrativa salientar a necessidade de adequar as instalações que explora, nomeadamente em Chaves, às exigências impostas pela Segurança Social, promovendo as ações necessárias em ordem à satisfação dessas exigências. Ora, a curto prazo, alerta-se para o facto de essa satisfação poder vir a acarretar modificações no valor dos rendimentos, que foi, aliás, o que sucedeu já em 2019, para além da necessidade de se efetivarem despesas de investimento avultadas.

No domínio dos gastos suportados pela entidade, constata-se que, de entre os grandes agregados desta natureza, aquele que mais se destaca é o dos Gastos com o Pessoal. Isto porque:

- Por um lado, trata-se de uma categoria que ocupa grande destaque pela dimensão dos valores que assumiu, tanto em 2018 como em 2019;
- Por outro lado, porque estes gastos foram aqueles que mais aumentaram de 2018 para 2019 em termos absolutos (40.000 €), apesar de, em termos relativos, este aumento ter ficado em terceiro lugar.

Deve dizer-se que em instituições cujo objeto social passa pela assistência e apoio a pessoas idosas com alojamento e também pela exploração de creches e jardim-de-infância, é frequente e até normal os gastos com o pessoal assumirem valores muito significativos, já que se trata de atividades que exigem o concurso de muitas pessoas para que uma série de tarefas manuais possam ser executadas, relacionadas com a concretização diária daquela assistência e apoio. Porém, em situações de ausência de rendimentos para além daqueles que são os quotidianos da instituição e que resultam da sua atividade normal e operacional, haverá que fazer um esforço diário e criterioso



na gestão do pessoal, sob pena de se colocar em causa a rentabilidade da mesma, logo, a sua sustentabilidade.

Portanto e não se ignorando também o controlo a exercer sob outras categorias de gastos, como sejam os Fornecimentos e Serviços Externos, já que estes últimos também apresentaram um comportamento ascendente, o órgão diretivo da Santa Casa da Misericórdia de Chaves terá de atuar ao nível da gestão do seu quadro de pessoal, em ordem à respetiva racionalização.

A redução do valor dos “Outros Gastos” ascendeu a 67.000 €, assumindo-se como bastante expressiva. Tal redução deriva, em muito, do reconhecimento, em 2018, de créditos incobráveis no montante de 50.000 €, aproximadamente, já que se assumiu a incobrabilidade de uma série de créditos detidos sobre clientes/utentes formados vários anos antes de 2018.

Por seu turno, a diminuição do valor das “Depreciações” está intimamente associada ao desreconhecimento (em 2019) de um Ativo – Edifícios e Outras Construções – de valor muito elevado, respeitante à construção de uma Unidade de Cuidados Continuados sobre a qual há muito a Santa Casa não detém a titularidade nem o controlo (se é que alguma vez teve). Tal desreconhecimento implicou uma queda do valor anual das depreciações ligeiramente acima dos 30.000 €. Portanto, como se vê, a queda acabada de mencionar justifica, na íntegra, a redução do valor global desta categoria de Gastos. Face ao exposto e no contexto dos gastos totais, observou-se uma diminuição do valor respetivo na casa dos 37.000 €, o que, em termos relativos, não chegou a 1%.

Do efeito conjugado da evolução dos Gastos e Rendimentos acabada de expor, observou-se um incremento acentuado do valor do Resultado Líquido igual a 397.000 €, o qual representa uma alteração percentual muito significativa, em virtude, inclusivamente, de se ter passado de prejuízo para lucro.

## ME euros

Contas de Resultados	2019	2018	Varição	Var. %
Vendas e prestação de serviços	1 821	1 807	14	0,77
Subsídios	2 553	2 144	409	19,08
Outros rendimentos	197	260	-63	-24,23
<b>Total dos Rendimentos</b>	<b>4 571</b>	<b>4 211</b>	<b>360</b>	<b>8,55</b>
CMVMC	604	587	17	2,90
FSE	449	433	16	3,70
Gastos c/ pessoal	2 907	2 867	40	1,40
Outros gastos	28	95	-67	-70,53
Gastos de financiamento	46	57	-11	-19,30
Depreciações	225	257	-32	-12,45
<b>Total dos Gastos</b>	<b>4 259</b>	<b>4 296</b>	<b>-37</b>	<b>-0,86</b>
<b>Resultado líquido</b>	<b>312</b>	<b>-85</b>	<b>397</b>	<b>467,06</b>

Vejamos agora a estrutura do Balanço nos dois anos findos:

## ME euros

Balanço	2019	2018	Varição	Var. %
Ativo Não Corrente	8.182	9.528	-1.346	-14,13
Ativo Corrente	544	192	352	183,33
<b>Total do Ativo</b>	<b>8.726</b>	<b>9.720</b>	<b>-994</b>	<b>-10,23</b>
Total dos Fundos Patrimoniais	6.042	6.963	-921	-13,23
Passivo Não Corrente	614	799	-185	-23,15
Passivo Corrente	2.071	1.958	113	5,77
<b>Total do Passivo</b>	<b>2.685</b>	<b>2.757</b>	<b>-72</b>	<b>-2,61</b>
<b>Total dos Fundos Patrimoniais e do Passivo</b>	<b>8.727</b>	<b>9.720</b>	<b>-993</b>	<b>-10,22</b>

A diminuição dos Fundos Patrimoniais está diretamente ligada ao desreconhecimento do Ativo relativo à Unidade de Cuidados Continuados a que acima já se aludiu, o qual tinha um subsídio ao investimento por detrás. Ora, no contexto do desreconhecimento desse Ativo, foi também desreconhecido o valor desse subsídio que ainda se mostrava em aberto (com saldo) na contabilidade, o qual ascendia ainda a 615.000 €.



## 6. Perspetivas

No segundo semestre de 2019 a Mesa Administrativa mandou elaborar um plano de atuação com vista a:

- ✓ Racionalizar a atividade corrente da entidade;
- ✓ Implementar um conjunto de investimentos de valor significativo, com a finalidade de proporcionar a efetivação daquela racionalização e ir ao encontro dos padrões de exigência da Segurança Social no contexto da qualidade do serviço que deve ser prestado.

Para possibilitar a implementação dos investimentos acima referidos, está para muito breve a assinatura de um contrato de financiamento a celebrar com uma instituição de crédito que já aprovou a operação, prevendo-se, também, a alienação de Ativos Fixos propriedade da entidade.

## 7. Proposta de aplicação de resultados

Propõe-se que o Resultado Líquido do período, no valor de 312.360,45 €, seja mantido em Resultados Transitados.

## 8. Nota Final

Terminamos este relatório manifestando o nosso reconhecimento a todos os utentes, colaboradores, Irmãos da Santa Casa, instituições e outros que com a sua generosa participação contribuíram para o prosseguimento da nobre Missão da Santa Casa da Misericórdia de Chaves.

Chaves, 12 de março de 2020

A Mesa Administrativa

*José Pinto de Almeida*  
*António Jari*  
*Riguel dos Santos Martins*  
*Sónia Anshue Adams Ferreira*  
*João Paulo Coelho*  
*Edna de Almeida Teixeira*



# RELATÓRIO DE CONTAS

2019





## 1. CONTAS DO EXERCÍCIO DO ANO DE 2019

- Nas contas agora apresentadas consta uma análise pormenorizada da situação económica e financeira da Santa Casa da Misericórdia e dos procedimentos contabilísticos e demais legislação aplicada:

- ✓ Balanço em 31 de dezembro de 2019
- ✓ Demonstração dos Resultados por Naturezas
- ✓ Demonstração de Fluxos de Caixa

- Anexo:

- ✓ Identificação da entidade
- ✓ Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras
- ✓ Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros
- ✓ Ativos fixos tangíveis
- ✓ Custos de empréstimos obtidos
- ✓ Inventários
- ✓ Rendimentos e gastos
- ✓ Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes
- ✓ Subsídios e outros apoios das entidades públicas
- ✓ Instrumentos financeiros
- ✓ Benefícios dos empregados
- ✓ Acontecimentos após a data de balanço
- ✓ Divulgações exigidas por outros diplomas legais
- ✓ Outras divulgações



## 2. BALANÇO

#

Santa Casa da Misericórdia de Chaves  
Balço Individual em 31 de Dezembro de 2019

(Valores expressos em euros)

ATIVO	Notas	31.Dez.19	31.Dez.18
<b>Ativo não corrente</b>			
Ativos fixos tangíveis	5.4	7 859 882,74	9 207 664,82
Bens do património histórico e cultural	5.4	264 115,19	264 115,19
Investimentos financeiros	5.10.2/6	53 626,12	51 428,64
Outro créditos e ativos não correntes	5.10.7, 5.14.2	4 500,00	4 500,00
<b>Total do Ativo não corrente</b>		<b>8 182 124,05</b>	<b>9 527 708,65</b>
<b>Ativo corrente</b>			
Inventários	5.6	14 462,16	9 506,08
Créditos a receber	5.2, 5.14.2	58 635,67	63 746,43
Estado e outros entes públicos	5.14.3	7 380,09	5 660,57
Diferimentos	5.14.4	1 318,39	5 162,11
Outras ativos correntes	5.2, 5.14.2	360 613,82	45 025,53
Caixa e depósitos bancários	5.14.1	101 764,59	63 040,86
<b>Total do Activo corrente</b>		<b>544 174,72</b>	<b>192 141,58</b>
<b>Total do Ativo</b>		<b>8 726 298,77</b>	<b>9 719 850,23</b>
<b>FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO</b>			
<b>Fundos patrimoniais</b>			
Fundos	5.10.3	40 538,18	40 538,18
Resultados transitados	5.4, 5.10.3	-1 042 697,78	-573 687,34
Excedentes de revalorização	5.4, 5.10.3	4 141 216,15	4 348 276,97
Ajustamentos/outras variações nos fundos patrimoniais	5.9, 5.10.3	2 590 360,46	3 232 764,02
		5 729 417,01	7 047 891,83
Resultado líquido do período	5.10.3	312 360,45	-85 357,82
<b>Total dos Fundos patrimoniais</b>		<b>6 041 777,46</b>	<b>6 962 534,01</b>
<b>Passivo</b>			
<b>Passivo não corrente</b>			
Financiamentos obtidos	5.4, 5.10.8	613 985,67	799 534,81
Outras dívidas a pagar	5.14.5	0,00	0,00
<b>Total do Passivo não corrente</b>		<b>613 985,67</b>	<b>799 534,81</b>
<b>Passivo corrente</b>			
Fornecedores	5.14.5	795 547,02	572 206,12
Estado e outros entes públicos	5.14.3	178 035,44	187 760,39
Financiamentos obtidos	5.4, 5.10.8	244 600,00	239 422,96
Diferimentos	5.14.6	25 676,58	31 914,83
Outros passivos correntes	5.14.5	826 676,60	926 477,11
<b>Total do Passivo corrente</b>		<b>2 070 535,64</b>	<b>1 957 781,41</b>
<b>Total do Passivo</b>		<b>2 684 521,31</b>	<b>2 757 316,22</b>
<b>Total dos Fundos patrimoniais e do Passivo</b>		<b>8 726 298,77</b>	<b>9 719 850,23</b>

Para ser lido com as notas anexas às demonstrações financeiras

Chaves, 12 de março de de 2020

Contabilista Certificado

#

A Mesa Administrativa

### 3. DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS

#### Santa Casa da Misericórdia de Chaves

#### Demonstração dos Resultados Individuais Exercício findo em 31 de Dezembro de 2019

(Valores expressos em euros)

	Notas	31.Dez.19	31.Dez.18
Vendas e serviços prestados	5.14.7	1 821 355,73	1 807 400,31
Subsídios, doações e legados à exploração	5.14.8	2 552 792,38	2 144 292,13
Variação nos inventários da produção	5.6	0,00	-19 800,00
Trabalhos para a própria entidade		1 744,99	424,00
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	5.6	-603 763,57	-587 189,83
Fornecimentos e serviços externos	5.14.9	-448 828,30	-432 925,89
Gastos com o pessoal	5.14.10	-2 907 523,65	-2 867 073,94
Outras imparidades (perdas/reversões)	5.10.6	68,43	32,92
Outros rendimentos e ganhos	5.2, 5.9, 5.14.11	194 435,75	259 707,32
Outros gastos e perdas	5.2, 5.14.14	-27 738,39	-75 287,78
<b>Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos</b>		<b>582 543,37</b>	<b>229 579,24</b>
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	5.2	-224 548,28	-257 243,08
<b>Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)</b>		<b>357 995,09</b>	<b>-27 663,84</b>
Juros e gastos similares suportados	5.5, 5.14.13	-45 634,64	-57 693,98
<b>Resultado antes de impostos</b>		<b>312 360,45</b>	<b>-85 357,82</b>
<b>Resultado líquido do período</b>	5.10.3	<b>312 360,45</b>	<b>-85 357,82</b>

Para ser lido com as notas anexas às demonstrações financeiras

Chaves, 12 de março de de 2020

Contabilista Certificado



A Mesa Administrativa





## 4. DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

Santa Casa da Misericórdia de Chaves  
Demonstração de Fluxos de Caixa Individuais  
Exercício findo em 31 de Dezembro de 2019

(Valores expressos em euros)

	Notas	31.Dez.19	31.Dez.18
<b>Fluxos de Caixa das Atividades Operacionais</b>			
Recebimentos de clientes e utentes		1 960 794,90	1 936 231,93
Recebimentos de subsídios		2 267 263,01	2 146 592,52
Pagamentos a fornecedores		-1 032 903,90	-1 093 889,71
Pagamentos ao pessoal		-2 985 994,84	-2 918 956,12
Caixa gerada pelas operações		209 159,17	69 978,62
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento		-265,22	-23,60
Outros recebimentos/pagamentos		72 316,72	37 712,86
<b>Fluxos de Caixa das Atividades Operacionais (1)</b>		<b>281 210,67</b>	<b>107 667,88</b>
<b>Fluxos de Caixa das Atividades de Investimento</b>			
Pagamentos respeitantes a:			
Ativos fixos tangíveis		-18 379,18	-15 560,30
Ativos intangíveis		0,00	0,00
Investimentos financeiros		-3 732,49	-3 611,82
Outros ativos		0,00	0,00
		<b>-22 111,67</b>	<b>-19 172,12</b>
Recebimentos provenientes de:			
Ativos fixos tangíveis		0,00	11 393,17
Ativos intangíveis		0,00	0,00
Investimentos financeiros		0,00	397,11
Outros ativos		5 367,97	0,00
Subsídios ao investimento		0,00	0,00
Juros e rendimentos similares		0,00	1,37
Dividendos		0,00	0,00
		5 367,97	11 791,65
<b>Fluxos de Caixa das Atividades de Investimento (2)</b>		<b>-16 743,70</b>	<b>-7 380,47</b>
<b>Fluxos de Caixa das Atividades de Financiamento</b>			
Recebimentos provenientes de:			
Financiamentos obtidos		0,00	0,00
Realização de fundos		0,00	0,00
Cobertura de prejuízos		0,00	0,00
Doações		0,00	0,00
Outras operações de financiamento		0,00	0,00
		0,00	0,00
Pagamentos respeitantes a:			
Financiamentos obtidos	5.10.8	-180 372,10	-169 646,04
Juros e gastos similares	5.5	-45 371,14	-55 973,07
Dividendos		0,00	0,00
Redução de fundos		0,00	0,00
Outras operações de financiamento		0,00	0,00
		-225 743,24	-225 619,11
<b>Fluxos de Caixa das Atividades de Financiamento (3)</b>		<b>-225 743,24</b>	<b>-225 619,11</b>
<b>Variação de caixa e seus equivalentes (1+2+3)</b>		<b>38 723,73</b>	<b>-125 331,70</b>
<b>Efeito das diferenças de câmbio</b>		0,00	0,00
<b>Caixa e seus equivalentes no início do período</b>	5.14.1	63 040,86	188 372,56
<b>Caixa e seus equivalentes no fim do período</b>	5.14.1	101 764,59	63 040,86

Para ser lido com as notas anexas às demonstrações financeiras

Chaves, 12 março de 2020

Contabilista Certificado

A Mesa Administrativa

## 5. ANEXO

### 5.1 Identificação da Identidade.

#### 5.1.1 Denominação da entidade.

Santa Casa da Misericórdia de Chaves, pessoa coletiva número 501429930.

#### 5.1.2 Lugar da sede social.

Largo Caetano Ferreira, Concelho de Chaves, Distrito de Vila Real.

#### 5.1.3 Natureza da atividade.

A Santa Casa da Misericórdia de Chaves é uma IPSS – Instituição Particular de Solidariedade Social - que desenvolve atividades de apoio social para pessoas idosas, com e sem alojamento, e de educação pré-escolar.

### 5.2 Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras.

#### 5.2.1 Indicação do referencial contabilístico (NCRF- ESNL e outros normativos que tenham sido aplicadas nos termos do disposto no parágrafo 2.3 da NCRF -ESNL).

As presentes demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com o normativo contabilístico aplicável às entidades sem fins lucrativos (NCRF-ESNL), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 36-A/2011 de 9 de março de 2011, que integra o Sistema de Normalização Contabilística (SNC) aprovado pelo Decreto-lei n.º 158/2009, de 13 de julho, com a redação dada pelo Decreto Lei n.º 98/2015 de 2 de junho.

Estas demonstrações financeiras foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações e do acréscimo, tendo como principal base de mensuração o custo histórico.

#### 5.2.2 Indicação e justificação das disposições da normalização contabilística para as ESNL que, em casos excecionais, tenham sido derogadas e dos respetivos efeitos nas demonstrações financeiras, tendo em vista a necessidade de estas darem uma imagem verdadeira e apropriada do ativo, do passivo e dos resultados da entidade.

No decorrer do exercício a que respeitam estas demonstrações financeiras não foram derogadas quaisquer disposições da normalização contabilística para as ESNL.



**5.2.3 Indicação e comentário das contas do balanço e da demonstração dos resultados cujos conteúdos não sejam comparáveis com os do período anterior bem como das quantias relativas ao período anterior que tenham sido ajustadas.**

- No ano de 2018 acabaram por ser desreconhecidos das Contas da entidade os seguintes valores Ativos e Passivos, por se considerar que, por força de uma série de circunstâncias, se consumou a impossibilidade da sua realização e a obrigação legal de se proceder à sua liquidação, respetivamente:

Créditos sobre clientes/utentes	<u>50 442,44</u>
Fornecedores de investimentos	<u>88 041,07</u>

Sendo certo que se considerou que só apenas em 2018 surgiram as condições para se proceder ao desreconhecimento supra, a verdade é que os saldos desreconhecidos provêm de acontecimentos anteriores a esse ano.

Acrescenta-se que o desreconhecimento daquele valor ao nível dos Créditos sobre clientes/utentes teve como contrapartida uma perda registada em 683 – Outros Gastos – Dívidas Incobráveis, ao passo que o desreconhecimento daquela verba no contexto dos Fornecedores de investimentos teve como contrapartida um ganho registado em 788 – Outros rendimentos – Outros.

No ano de 2019 não teve lugar qualquer reconhecimento ou desreconhecimento desta natureza com impacto relevante nas aludidas contas.

- No ano de 2019 a entidade procedeu ao desreconhecimento de um Ativo registado em Ativos Fixos Tangíveis (Edifícios), em virtude de não deter a propriedade do mesmo nem o seu controlo, não proporcionando quaisquer rendimentos presentes ou futuros, bem como quaisquer gastos ligados à sua posse e funcionamento.

Em termos quantitativos, esse Ativo é (era) assim caracterizado:

- ✓ Valor escriturado bruto: 1.507.141,83 €
- ✓ Depreciações Acumuladas: 301.428,39 €
- ✓ Valor escriturado líquido: 1.205.713,44 €
- ✓ Valor anual da quota anual de depreciação: 30.142,84 €



Tendo em conta que a construção deste Ativo foi apoiada com a atribuição de um subsídio ao investimento, não reembolsável, o ponto de situação desse subsídio, em termos quantitativos, era o seguinte:

- ✓ Valor total do subsídio: 750.000,00 €
- ✓ Valor total ainda em aberto (ainda não transferido para rendimentos): 615.000,00 €
- ✓ Valor anual da transferência para rendimentos: 15.000,00 €

Então, por força do supra citado desreconhecimento, ocorreram os seguintes impactos nas Contas/ 2019:

- ✓ Ao nível dos Resultados Transitados: Diminuição pelo valor de 590.713,44 €
- ✓ Ao nível dos Resultados Líquidos: Por força da ausência, em 2019, do registo da depreciação anual do Ativo em causa e também da ausência do registo, no mesmo ano, da transferência para rendimentos da quota anual do subsídio ao investimento não reembolsável com ele associado, o Resultado Líquido de 2019 subiu 15.142,84 €.

É, também, importante referir que, do ponto de vista do total dos rendimentos obtidos e dos Resultados, o ano de 2019 é bastante atípico, quando comparado com os anos anteriores e, para o que aqui interessa, quando comparado com o ano de 2018.

Na verdade, em setembro/outubro de 2019, foi atribuído um subsídio à entidade oriundo do Fundo de Socorro Social, pelo valor de 554.000,00 €, o qual foi registado em “Subsídios à Exploração”. Este subsídio, de carácter (muito) pontual e extraordinário, acarretou um aumento do valor global dos rendimentos e dos Resultados de valor igual aos referidos 554.000 €.

### **5.3 Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros.**

#### **5.3.1 Principais políticas contabilísticas:**

##### **a) Bases gerais de mensuração usadas na preparação das demonstrações financeiras.**

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas tendo por base o modelo do custo histórico e de acordo com as seguintes bases de apresentação: pressuposto da continuidade, pressuposto do acréscimo, consistência de apresentação, materialidade e agregação, não compensação e informação comparável.

**b) Outras políticas contabilísticas.****Ativos fixos tangíveis**

No ano de 2010 a Instituição procedeu a uma reavaliação livre de alguns dos seus imóveis. Dessa reavaliação resultou um incremento no património da Santa Casa de 5.176 mil euros.

Os ativos fixos tangíveis são inicialmente registados ao custo de aquisição ou produção, o qual inclui o custo de compra, quaisquer custos diretamente atribuíveis às atividades necessárias para colocar os ativos na localização e condição necessárias para operarem da forma pretendida.

Na data da transição para a NCRF-ESNL, 1 de janeiro de 2011, a mesa administrativa decidiu considerar o custo dos imóveis, o seu custo considerado a 31.12.2010.

Os ativos fixos tangíveis são apresentados pelo respetivo valor líquido de depreciações acumuladas.

As depreciações são calculadas, após o momento em que o bem se encontra em condições de ser utilizado, de acordo com o método da linha reta, em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

Ainda não foi possível proceder à realização do trabalho conducente à identificação, titularidade e valorização do património da entidade e sua reconciliação com os registos contabilísticos. Assim, não foi ainda possível proceder á completa e correta valorização do património imobiliário da Instituição.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos seguintes períodos de vida útil estimada:

	Anos de vida útil
Edifícios e outras construções	até 50
Equipamento básico	4 - 8
Equipamento de transporte	3 - 7
Ferramentas e utensílios	3 - 7
Equipamento administrativo	2 - 10
Outros activos fixos tangíveis	1 - 6

As vidas úteis e método de depreciação dos vários bens são revistos anualmente. O efeito de alguma alteração a estas estimativas é reconhecido prospectivamente na demonstração dos resultados.

As despesas de manutenção e reparação (dispêndios subsequentes) que não são suscetíveis de gerar benefícios económicos futuros adicionais são registados como gastos no período em que são incorridas.

Os ativos fixos tangíveis são depreciados em quotas anuais durante as vidas úteis estimadas.



### **Inventários**

Os inventários encontram-se registados ao menor de entre o custo e o valor líquido de realização. O valor líquido de realização representa o preço de venda estimado deduzido de todos os custos estimados necessários para concluir os inventários e para efetuar a sua prestação de serviço.

O método de custeio dos inventários adotado pela instituição é o FIFO.

### **Ativos e Passivos financeiros**

Os ativos e os passivos financeiros são reconhecidos no balanço quando a Entidade se torna parte das correspondentes disposições contratuais.

Os ativos e os passivos financeiros são mensurados ao custo menos perdas por imparidade.

Os instrumentos financeiros negociados em mercado líquido e regulamentado são mensurados ao justo valor, reconhecendo-se as variações deste por contrapartida de resultados do período.

No final de 2019 (e de 2018) a entidade não era titular deste tipo de instrumentos financeiros.

A Entidade desreconhece ativos financeiros apenas quando os direitos contratuais aos seus fluxos de caixa expiram por cobrança, ou quando transfere para outra entidade o controlo desses ativos financeiros e todos os riscos e benefícios significativos associados à posse dos mesmos.

A Entidade desreconhece passivos financeiros apenas quando a correspondente obrigação seja liquidada, cancelada ou expire.

No final de cada ano, a entidade avalia a imparidade de todos os ativos financeiros que não sejam mensurados ao justo valor através de resultados. Se existir uma evidência objetiva de imparidade, a entidade reconhece uma perda por imparidade na demonstração de resultados.

Nesta categoria incluem-se os seguintes ativos e passivos financeiros:

#### **a) Crédito a receber e outras dívidas a receber**

Os saldos de clientes, utentes e outras dívidas a receber são registados ao custo deduzido de eventuais perdas por imparidade.

#### **b) Caixa e depósitos bancários.**

Os montantes incluídos nesta rubrica correspondem aos valores de caixa, depósitos bancários e depósitos a prazo vencíveis a menos de três meses e para os quais o risco de alteração de valor é insignificante. São mensurados pelo seu valor nominal.



**c) Fornecedores e outras dívidas a pagar**

Os saldos de fornecedores e outras contas a pagar são registados ao custo, ou seja, e em regra, pelo seu valor nominal.

**d) Financiamentos obtidos.**

Os empréstimos são registados no passivo pelo valor nominal recebido. Os encargos financeiros apurados de acordo com a taxa de juro efetiva são registados na demonstração dos resultados de acordo com o regime do acréscimo.

Os empréstimos são classificados como passivos correntes, a não ser que a entidade tenha o direito incondicional para diferir a liquidação do passivo por mais de 12 meses após a data de relato.

Os encargos financeiros relacionados com empréstimos obtidos são geralmente reconhecidos como gastos na base do acréscimo.

**Rédito**

O rédito compreende o valor da contraprestação recebida ou a receber pela prestação de serviços decorrentes da atividade normal da entidade, líquido de impostos, abatimentos e descontos.

A entidade reconhece rédito quando este possa ser razoavelmente mensurável e seja provável que a entidade obtenha benefícios económicos futuros.

Os rendimentos são reconhecidos na data da realização da prestação dos serviços, ou seja, quando incorre nos gastos necessários para a execução dos mesmos.

O montante do rédito não é considerado como razoavelmente mensurável até que todas as contingências relativas a uma venda estejam substancialmente resolvidas. A entidade baseia as suas estimativas em resultados históricos, considerando o tipo de cliente, a natureza da transação e a especificidade de cada acordo.

**Subsídios**

Os subsídios do Governo apenas são reconhecidos quando existe uma certeza razoável de que a entidade irá cumprir com as condições de atribuição dos mesmos e de que os mesmos irão ser recebidos.

Os subsídios do Governo associados à aquisição ou produção de ativos não correntes são inicialmente reconhecidos no capital próprio, sendo subsequentemente imputados numa base sistemática (proporcionalmente às depreciações/amortizações dos ativos subjacentes) como rendimentos do período durante as vidas úteis dos ativos com os quais se relacionam.



Outros subsídios do Governo são, de uma forma geral, reconhecidos como rendimentos de uma forma sistemática durante os períodos necessários para os balancear com os gastos que é suposto compensarem. Subsídios do Governo que têm por finalidade compensar perdas já incorridas ou que não têm custos futuros associados são reconhecidos como rendimentos do período em que se tornam recebíveis.

### Provisões

No ano de 2019 (e 2018) não foram constituídas ou revertidas quaisquer Provisões.

### Impostos sobre Rendimentos

Face ao seu reconhecimento como IPSS a entidade encontra-se isenta de IRC, decorrente deste enquadramento não são reconhecidos quaisquer impostos sobre lucros, havendo apenas uma exceção sem qualquer relevância.

### Periodizações

Os seus rendimentos e gastos são registados de acordo com o regime do acréscimo, pelo qual os rendimentos e gastos são reconhecidos à medida que são gerados, independentemente do momento em que são recebidos ou pagos. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registados nas rubricas de “Créditos a receber”, “Outros passivos correntes” e em “Diferimentos”.

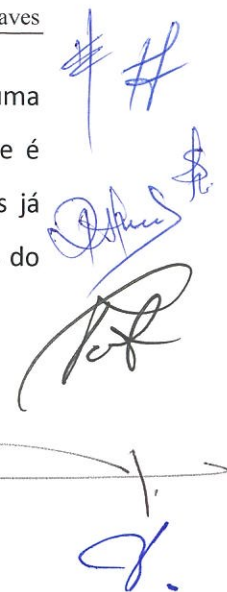
#### a) Principais pressupostos relativos ao futuro.

A entidade tem por garantido que permanecerá em continuidade durante todo o ano de 2020. Nestas condições, não têm lugar os riscos referidos em epígrafe, sendo que os riscos identificados na fase de preparação das contas de 2019 já nelas foram incorporados.

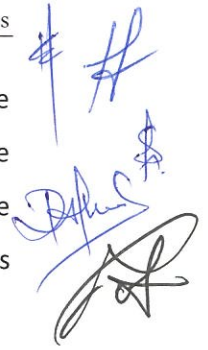
#### b) Principais fontes de incerteza das estimativas.

As estimativas e os pressupostos subjacentes foram determinados com base no melhor conhecimento existente à data de aprovação das demonstrações financeiras, dos eventos e transações em curso, assim como na experiência de eventos passados e/ou correntes.

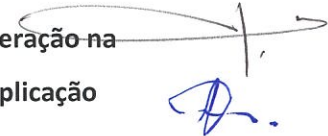
Contudo, poderão ocorrer situações em períodos subsequentes que, não sendo previsíveis à data de aprovação das demonstrações financeiras, não foram consideradas nessas estimativas. As alterações às estimativas que ocorram posteriormente à data das demonstrações financeiras serão corrigidas de forma prospetiva. Por este motivo e dado o grau de incerteza associado, os resultados reais das transações em questão poderão diferir das correspondentes estimativas.



Na preparação das demonstrações financeiras anexas foram efetuados juízos de valor e estimativas e utilizados diversos pressupostos que afetam as quantias relatadas de ativos e passivos, assim como as quantias relatadas de rendimentos e gastos do período, nomeadamente os relativos aos ativos fixos tangíveis (vidas úteis e métodos de depreciação) e eventuais perdas por imparidade de créditos sobre terceiros.



**5.3.2 Alterações nas políticas contabilísticas: indicação da natureza e efeitos da alteração na política contabilística e, no caso de aplicação voluntária, das razões pelas quais a aplicação da nova política contabilística proporciona informação fiável e mais relevante.**



Não existiram alterações nas políticas contabilísticas adotadas.

**5.3.3 Alterações nas estimativas contabilísticas: indicação do efeito no período corrente e em períodos futuros.**

Não existiram alterações nas estimativas com efeitos no período corrente e/ou em períodos futuros.

**5.3.4 Correção de erros de períodos anteriores: indicação da natureza do erro material e dos seus impactos nas demonstrações financeiras do período.**

No ano ora relatado não se verificaram correções de erros de períodos anteriores com expressão material nas contas em apreço.

No entanto, importa sublinhar o que ficou dito no ponto 5.2.3, segunda parte.

## 5.4 Ativos fixos tangíveis

### 5.4.1 Divulgações para cada classe de ativos fixos tangíveis

- a) Critérios de mensuração usados para determinar a quantia escriturada bruta;
- b) Métodos de depreciação usados;
- c) Vidas úteis ou taxas de depreciação usadas.  
*Ver 5.3.1 b)*
- d) Reconciliação da quantia escriturada no início e no fim do período que mostre as adições,
- e) Reconciliação da quantia escriturada no início e no fim do período que mostre as adições, as revalorizações, as alienações, as depreciações, as perdas por imparidade e suas reversões e outras alterações.

Em 31 dezembro de 2019 e 2018 esta classe de Ativos apresenta os seguintes movimentos:

31 de Dezembro de 2019						
Saldo em 01-Jan-19	Aumentos	Abates	Transferências	Revalorizações	Saldo em 31-Dez-19	
<b>Custo:</b>						
Terrenos e recursos naturais	453 737,89	50 000,00	0,00	0,00	503 737,89	
Edifícios e outras construções	10 442 072,65	19 874,14	-1 507 141,83	0,00	8 954 804,96	
Equipamento básico	1 111 441,21	4 487,50	0,00	0,00	1 115 928,71	
Equipamento de transporte	346 153,76	0,00	0,00	0,00	346 153,76	
Equipamento administrativo	170 567,93	0,00	0,00	0,00	170 567,93	
Outros ativos fixos tangíveis	134 740,31	0,00	0,00	0,00	134 740,31	
Ativos fixos tang. em curso	0,00	8 118,00	0,00	0,00	8 118,00	
<b>12 658 713,75</b>	<b>82 479,64</b>	<b>-1 507 141,83</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>11 234 051,56</b>	
<b>Depreciações acumuladas</b>						
Edifícios e outras construções	1 851 103,72	186 439,11	-301 428,39	0,00	1 736 114,44	
Equipamento básico	1 053 446,62	6 052,29	0,00	0,00	1 059 498,91	
Equipamento de transporte	283 860,70	31 139,79	0,00	0,00	315 000,49	
Equipamento administrativo	162 700,13	0,00	0,00	0,00	162 700,13	
Outros ativos fixos tangíveis	99 937,76	917,09	0,00	0,00	100 854,85	
<b>3 451 048,93</b>	<b>224 548,28</b>	<b>-301 428,39</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>3 374 168,82</b>	
<b>Ativo fixo tangível líquido</b>	<b>9 207 664,82</b>				<b>7 859 882,74</b>	

31 de Dezembro de 2018						
Saldo em 01-Jan-18	Aumentos	Abates	Transferências	Revalorizações	Saldo em 31-Dez-18	
<b>Custo:</b>						
Terrenos e recursos naturais	453 737,89	0,00	0,00	0,00	453 737,89	
Edifícios e outras construções	10 454 445,60	0,00	-12 372,95	0,00	10 442 072,65	
Equipamento básico	1 176 994,87	10 830,80	-77 992,30	1 607,84	1 111 441,21	
Equipamento de transporte	608 278,25	0,00	-262 124,49	0,00	346 153,76	
Equipamento administrativo	196 066,22	0,00	-25 498,29	0,00	170 567,93	
Outros ativos fixos tangíveis	131 476,61	6 642,00	-1 770,46	-1 607,84	134 740,31	
<b>13 020 999,44</b>	<b>17 472,80</b>	<b>-379 758,49</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>12 658 713,75</b>	
<b>Depreciações acumuladas</b>						
Edifícios e outras construções	1 640 480,19	215 223,02	-4 599,49	0,00	1 851 103,72	
Equipamento básico	1 122 041,85	9 348,17	-77 943,40	0,00	1 053 446,62	
Equipamento de transporte	514 845,39	31 139,80	-262 124,49	0,00	283 860,70	
Equipamento administrativo	188 247,32	0,00	-25 547,19	0,00	162 700,13	
Outros ativos fixos tangíveis	100 176,13	1 532,09	-1 770,46	0,00	99 937,76	
<b>3 565 790,88</b>	<b>257 243,08</b>	<b>-371 985,03</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>3 451 048,93</b>	
<b>Ativo fixo tangível líquido</b>	<b>9 455 208,56</b>				<b>9 207 664,82</b>	

**f) Quantia e natureza dos bens do património histórico, artístico e cultural.**

Em 31 de dezembro de 2019 a instituição apresenta bens relacionados com o património histórico e cultural no valor de 264 115,19 euros.

De acordo com o normativo aplicável, NCRF-ESNL, estes bens não são objeto de depreciação.

Tal como referido na nota 5.3.1 b) Ativos fixos tangíveis, esta tipologia de bens não se encontra identificada, podendo a correspondente valorização não estar correta, pelo que a contabilidade poderá não refletir convenientemente o valor deste agregado de bens.

#### 5.4.2 Divulgações sobre restrições, garantias e compromissos:

Existência e quantias de restrições de titularidade de ativos fixos tangíveis que sejam dados como garantia de passivos.

Ativos fixos tangíveis dados como garantia de passivos				
Imóveis	Forma de garantia	Passivo	Passivo	Beneficiário
		31/12/2019	31/12/2018	
Prédio urbano estrada Verín-matriz n.º 350	Hipoteca	216.761,61	306.636,25	Millennium BCP n.º 256440851
Lar Vilarelho da Raia, prédio n.º 1024 e Lar de Vidago, prédio n.º 1744	Hipoteca	332.624,06	417.321,52	M.Geral n.º 163-36-100096-7
Prédio urbano, sito em Gafos, freguesia de Santa M.ª Maior, Chaves - U-1310	Hipoteca	250.000,00	250.000,00	Centro Social e Paroquial de Chaves
		<u>799.385,67</u>	<u>973.957,77</u>	

#### 5.4.3 Se os itens do ativo fixo tangível forem expressos por quantias revalorizadas, deve ser divulgado o seguinte:

a) A data de eficácia da revalorização.

Ver 5.3.1 b)

b) Os métodos e pressupostos aplicados nessa revalorização.

Foi aplicado o valor de mercado dos vários ativos revalorizados.

c) Movimentos ocorridos no excedente de revalorização durante o período, com uma explicação do tratamento fiscal dos elementos nele contidos.

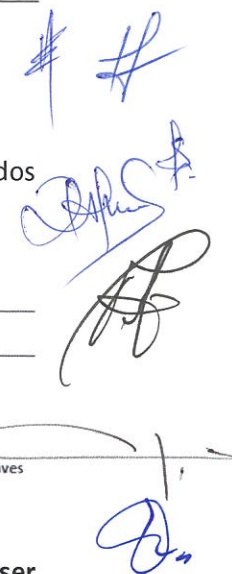
Pela realização do excedente de revalorização, via depreciações do exercício, esta rubrica registou uma redução de 103.530,41 euros.

d) A quantia escriturada no balanço que teria sido reconhecida se os ativos fixos tangíveis não tivessem sido revalorizados.

Se a revalorização não tivesse ocorrido, a quantia de Ativos fixos tangíveis escriturada no Balanço reportado a 31/12/2019 seria de 3 718 666,58 euros, ou seja, inferior em 4 141 216,16 euros relativamente aos 7 859 882,74 euros apresentados no Balanço.

#### 5.5 Custos de empréstimos obtidos.

Os juros de empréstimos obtidos são reconhecidos como gasto no período a que dizem respeito. Em 2019, o valor destes gastos ascendeu a 45 634,64 euros, quando em 2018 o seu valor tinha sido de 57 693,98 euros.





## 5.6 Inventários.

### 5.6.1 Políticas contabilísticas adotadas na mensuração dos inventários, incluindo a fórmula de custeio usada.

Ver 5.3.1 b)

### 5.6.2 Quantia total escriturada de inventários e quantia escriturada em classificações apropriadas para a entidade.

A instituição em 31 dezembro 2019 e 2018 apresenta as seguintes quantias escrituradas nas contas de inventários:

	<u>31-Dez-19</u>	<u>31-Dez-18</u>
Mercadorias	5.616,00	0,00
Matérias primas subsidiárias e de consumo	<u>8.846,16</u>	<u>9.506,08</u>
	<u><b>14.462,16</b></u>	<u><b>9.506,08</b></u>

5.6.3 Quantia de qualquer ajustamento de inventários reconhecida como um gasto do período, bem como de qualquer reversão de ajustamento que tenha sido reconhecida como uma redução na quantia de inventários reconhecida como gasto do período, e circunstâncias ou acontecimentos que conduziram a tal reversão.

O custo das mercadorias e das matérias consumidas reconhecido nos exercícios findos 31 de dezembro 2019 e 2018 é detalhado conforme segue:

	31-Dez-19				31-Dez-18			
	Ativos Biológicos	Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	Mercadorias	Total	Ativos Biológicos	Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	Mercadorias	Total
Saldo inicial em 1 de Janeiro	0,00	9 506,08	0,00	9 506,08	19 800,00	7 797,91	9 625,00	37 222,91
Regularizações	0,00	16 911,40	-889,00	16 022,40	-19 800,00	18 953,17	0,00	-846,83
Compras	0,00	434 107,25	158 590,00	592 697,25	0,00	421 175,83	139 144,00	560 319,83
Saldo Final	0,00	8 846,16	5 616,00	14 462,16	0,00	9 506,08	0,00	9 506,08
Custo das mercadorias	<b>0,00</b>	<b>451 678,57</b>	<b>152 085,00</b>	<b>603 763,57</b>	<b>0,00</b>	<b>438 420,83</b>	<b>148 769,00</b>	<b>587 189,83</b>

## 5.7 Rendimentos e gastos.

### 5.7.1 Políticas contabilísticas adotadas para o reconhecimento do rédito incluindo os métodos adotados para determinar a fase de acabamento de transações que envolvam a prestação de serviços.

No que se refere aos réditos provenientes dos serviços prestados, o reconhecimento dos mesmos é feito imediatamente após a prestação de tais serviços.

Face à natureza dos serviços prestados pela entidade, não se colocam problemas associados à determinação da fase de acabamento respetiva, visto que essa prestação é consumada num lapso de tempo relativamente curto, sendo o rédito correspondente imediatamente reconhecido logo após essa consumação.

### 5.7.2 Quantia e natureza de elementos isolados de rendimentos ou dos gastos cuja dimensão ou incidência sejam excecionais.

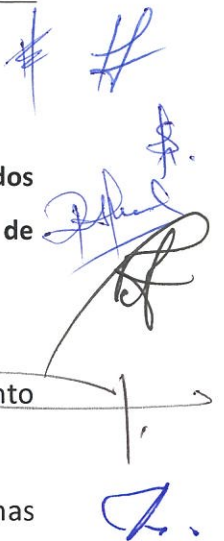
Os rendimentos e gastos de 2019 com dimensão ou incidência excecionais são os já mencionados em 5.2.3.

## 5.8 Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes

Breve descrição da natureza e quantia de cada classe de ativos e passivos contingentes à data do balanço.

Não existem Ativos contingentes. Contudo, há que dizer o seguinte: no passado mês de outubro foi celebrado um Contrato-Programa com o Município de Chaves, nos termos do qual:

- ✓ Foi atribuída uma comparticipação financeira à Sta. Casa pelo valor total de 700.000,00 €;
- ✓ Foi recebida uma primeira tranche de 35.000,00 € em 2019;
- ✓ Entre 2020 até 2028 serão recebidos 70.000,00 € por ano;
- ✓ Em 2029 serão recebidos mais 35.000,00 €;







- ✓ A comparticipação financeira em questão é destinada aos projetos de melhoria das instalações e equipamentos sociais da Sta. Casa, permitindo, assim, promover melhores respostas sociais e de qualidade dos serviços.

Os 35.000,00 € recebidos em 2019 foram contabilizados nesse ano, não tendo influenciado os Resultados do ano, em virtude de se tratar de um subsídio ao investimento e os investimentos em questão ainda se não terem sequer iniciado (com exceção da compra de um terreno).

O direito a receber os 665.000,00 € por parte da entidade não se encontra refletido na contabilidade da mesma, por se entender que não estão cumpridos todos os requisitos comportamentais por parte desta e que lhe vão garantir esse direito.

À data do balanço, existem alguns temas pendentes com o Instituto da Segurança Social, os quais envolvem a discussão de aspetos que poderão ter impacto financeiro na entidade. A este respeito, nesta data, isolada ou cumulativamente:

- ✓ Não se conhece com o devido detalhe os quantitativos que estarão em causa;
- ✓ Qual o desfecho que tais discussões poderão vir a ter;
- ✓ O verdadeiro ponto da situação dos vários problemas em discussão;
- ✓ Qual a reação que aquele Instituto poderá vir a tomar no futuro.

Não foram reconhecidas provisões a propósito destas situações, sendo aqui encaradas como passivos contingentes.

### **5.9 Subsídios e outros apoios das entidades públicas.**

Reconciliação da quantia escriturada no início e no fim do período que mostre os aumentos e as reduções dos subsídios das entidades públicas reconhecidos nos fundos patrimoniais.

Estes subsídios, reconhecidos pela Instituição em Fundos patrimoniais em 31 de dezembro de 2019 e 2018, são detalhados conforme segue:

	<u>31-Dez-19</u>	<u>31-Dez-18</u>
Piddac	951 257,52	983 557,90
Igreja Misericórdia	15 209,44	15 744,06
Comp. Pública Nacional	139 479,85	143 480,53
FEDER	245 399,78	252 567,66
ARSN, IP Programa Modelar	0,00	615 000,00
IGFSS	13 400,00	26 800,00
Município de Chaves	40 000,00	10 000,00
	<u><u>1 404 746,59</u></u>	<u><u>2 047 150,15</u></u>



No ano corrente foi imputado ao rendimento do período o montante de 62.403,56€.

## 5.10 Instrumentos financeiros.

**5.10.1 Bases de mensuração e políticas contabilísticas relevantes para a compreensão das demonstrações financeiras, utilizadas para a contabilização de instrumentos financeiros.**

Ver 5.3.1 b)

**5.10.2 Instrumentos financeiros mensurados ao justo valor:**

- Cotação de mercado; e**
- Justo valor, alterações no justo valor inscritas diretamente na demonstração de resultados e alterações de justo valor inscritas nos fundos patrimoniais, para cada categoria de instrumentos financeiros.**

Não foi reconhecido qualquer ajustamento na demonstração dos resultados do período inerente ao justo valor de ativos.

**5.10.3 Reconciliação da quantia escriturada no início e no fim do período que mostre os aumentos e as reduções das diferentes naturezas de itens de cada rubrica dos fundos patrimoniais.**

## Fundos

Esta rubrica não sofreu qualquer alteração no exercício de 2019.

## Excedentes de Revalorização

Esta rubrica inclui reavaliações livres ao nível de Ativos Fixos Tangíveis realizadas em exercícios anteriores.

Pela realização do excedente de revalorização, via depreciações do exercício, esta rubrica registou uma redução de 207 060,82 euros, tal como já mencionado em 5.4.3 c), e teve como contrapartida a rubrica de “Resultados Transitados”.

Salienta-se que, em condições normais, aquela redução seria de apenas 103.530,41 €, ou seja, metade daquele montante. Porém, verificou-se que não foi contabilizada a realização do excedente referente a um ano pretérito, pelo que, com vista a ultrapassar esse lapso, duplicou-se, em 2019, a contabilização da realização deste excedente.

## Resultados Transitados

Além do movimento acabado de referir, o outro movimento com impacto na rubrica de “Resultados Transitados” foi a transferência do resultado líquido do exercício de 2018, no montante de (85.357,82) euros.

Ainda outro conjunto de movimentos com impacto muito significativo nestes Resultados encontra-se retratado no ponto 5.2.3, segunda parte.

## Outras variações nos fundos patrimoniais

Esta rubrica inclui os subsídios não reembolsáveis relacionados com ativos fixos tangíveis no montante de 1 404 746,59 euros (ver também nota 5.8 Subsídios e outros apoios das entidades públicas), doações no valor de 862 861,31 euros e o reconhecimento da participação financeira na Associação Promotora do Ensino Profissional para o Alto Tâmega no valor de 330 000,00 euros.



**Resultado líquido do período**

O resultado líquido do período de 2019 é de 312 360,45€, enquanto o do período de 2018 tinha sido de (- 85 357,82€), euros.

	<b>31-Dez-19</b>	<b>31-Dez-18</b>
Fundos	40 538,18	40 538,18
Excedentes de revalorização	4 141 216,15	4 348 276,97
Resultados transitados	-1 042 697,78	-573 687,34
Ajustamento/Outras var.fundos patrimoniais	2 590 360,46	3 232 764,02
Resultado líquido do período	312 360,45	-85 357,82

**5.10.4 Quantia escriturada de ativos financeiros dados em garantia, penhor ou promessa de penhor e termos e condições relativos à garantia, penhor ou promessa de penhor.**

Os ativos financeiros dados em garantia e os termos e condições relativos à garantia são os mencionados em 5.4.2. A quantia escriturada líquida de cada um destes ativos em 31/12/2019 era seguinte:

- ✓ Prédio urbano estrada Verin-matriz n.º 350: 1 840.000 euros;
- ✓ Lar Vilarelho da Raia, prédio n.º 1024 e Lar de Vidago, prédio n.º 1744: 148 897,62 euros e 1 014.000 euros, respetivamente;
- ✓ Prédio urbano, sito em Gafos, freguesia de Santa Maria Maior, Chaves - U-1310: 311 584,75 euros.

**5.10.5 Dívidas da entidade reconhecidas à data do balanço:****a) Quantia das dívidas com duração residual superior a cinco anos.**

A instituição não tem dívidas com duração residual superior a cinco anos.

**b) Quantia de todas as dívidas cobertas por garantias reais prestadas pela entidade, e indicação da natureza e da forma dessas garantias.**

As únicas dívidas da instituição nestas condições são as mencionadas em 5.4.2.

**5.10.6 Ajustamentos de valor reconhecidos no período para cada natureza de instrumentos financeiros não mensurados ao justo valor.**



Os únicos ajustamentos de valor reconhecidos no período de 2019 para instrumentos financeiros não mensurados ao justo valor são os relacionados com a participação financeira da instituição no capital da Associação Promotora do Ensino Profissional para o Alto Tâmega, a qual é constituída por 330 unidades de participação, pelo valor nominal de 1 000,00 euros cada.

Estes investimentos financeiros encontram-se valorizados ao custo de aquisição, deduzidos de eventuais perdas por imparidade.

A tabela seguinte ilustra a posição desta participação financeira no final de 2019 e de 2018.

	2019	2018
✓ 330 unidades de participação com valor nominal	330 000,00	330 000,00
✓ Reconhecimento de imparidades no valor de	281 700,41	281 768,84
✓ Valor líquido	41 052,15	40 983,72
✓ Imparidades/Reversões de Imparidades reconhecidas no período	68,43	32,92
✓ Ajustamentos em ativos financeiros	-7 247,44	-7 247,44



**Associação Promotora do Ensino Profissional para o Alto Tâmega - Posição no final de 2018**  
(com base na informação financeira a 31 de dezembro de 2017)

<b>1. Valor bruto do investimento</b>	
414 Investimentos noutras empresas	
4141 Partes de Capital	330 000,00
<b>2. Valor global da imparidade</b>	
41912 Perdas por imparidade	281 768,84
<b>3. Valor líquido do investimento</b>	40 983,72
<b>4. Reforço / Reversão da imparidade observada no ano</b>	
7623 Em investimentos financeiros (reversão)	32,92
<b>5. Ajustamentos em ativos financeiros</b>	
Decorrentes de outras variações nos capitais	
5713 próprios da participada	-7 247,44

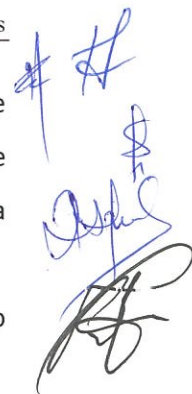
**Associação Promotora do Ensino Profissional para o Alto Tâmega - Posição no final de 2019**  
(com base na informação financeira a 31 de dezembro de 2018)

<b>6. Valor bruto do investimento</b>	
414 Investimentos noutras empresas	
4141 Partes de Capital	330 000,00
<b>7. Valor global da imparidade</b>	
41912 Perdas por imparidade	281 700,41
<b>8. Valor líquido do investimento</b>	41 052,15
<b>9. Reforço / Reversão da imparidade observada no ano</b>	
7623 Em investimentos financeiros (reversão)	68,43
<b>10. Ajustamentos em ativos financeiros</b>	
Decorrentes de outras variações nos capitais	
5713 próprios da participada	-7 247,44

Adverte-se que, pelo facto de ainda não estarem disponíveis as contas do ano de 2019 da participada, o valor da participação financeira em causa apenas tem em linha de conta o fecho de contas desta à data de 31/12/2018.

Ainda no que se refere à participação financeira na Escola Profissional, apresenta-se o detalhe da correspondente valorização no final de 2019 e de 2018, aí se evidenciando a imparidade que lhe está associada. A imparidade foi calculada com base na proporção dos capitais próprios da participada atribuída à Santa Casa, por confronto com o valor nominal dessa participação.

Desconhece-se o justo valor da participação em apreço, pelo que poderá existir um desvio apreciável entre este e o valor pelo qual tal participação se encontra contabilizada.



**5.10.7 Dívidas à entidade reconhecidas à data do balanço e cuja duração residual seja superior a um ano:**

**Outros créditos.**

A instituição apenas tem reconhecidas dívidas de terceiros superiores a um ano no valor de 4.500 euros. Este montante representa a caução prestada pela instituição à Santa Casa da Misericórdia de Lisboa no âmbito da atividade que desenvolve como mediador dos Jogos Santa Casa.



**5.10.8 Dívidas da entidade reconhecidas à data do balanço e cuja duração residual seja superior a um ano:**

**Dívidas a instituições de crédito.**

As dívidas com duração residual superior a um ano são as que decorrem dos financiamentos bancários e podem ser desdobradas como se segue:

	31-Dez-19		31-Dez-18	
	Não corrente	Corrente	Não corrente	Corrente
Empréstimos bancários - Millennium	121 361,61	95 400,00	216 729,58	89 906,67
Empréstimos bancários – Montepio	242 624,06	90 000,00	332 805,23	84 516,29
Contas caucionadas	0,00	59 200,00	0,00	65 000,00
Outros financiadores	250 000,00	0,00	250 000,00	0,00
	<b>613 985,67</b>	<b>244 600,00</b>	<b>799 534,81</b>	<b>239 422,96</b>

### 5.11 Benefícios dos empregados.

- a) Número médio de empregados durante o período a que se referem as demonstrações financeiras;

A instituição em 31 dezembro 2019, tinha os seguintes funcionários:

	<u>31-Dez-19</u>
CEI (contrato emprego inserção)	2
CEI+ (contrato emprego inserção +)	4
Independentes	6
Dependentes	<u>241</u>
<b>Total</b>	<b><u>253</u></b>

### 5.12 Acontecimentos após a data de balanço.

**Natureza e efeitos financeiros dos eventos materiais surgidos após a data do balanço, não refletidos na demonstração de resultados nem no balanço.**

A este respeito, há a dizer o seguinte: a entidade tem já firmado um Contrato de Financiamento com uma instituição financeira destinado a consolidar todo o seu passivo bancário, bem como a apoiar o conjunto de investimentos em Ativos Fixos que se encontram gizados no Plano de atuação estratégico da Mesa Administrativa. Por conseguinte, no muito curto prazo, irá verificar-se uma alteração quantitativa e sobretudo qualitativa na estrutura do seu Passivo e nas garantias prestadas a terceiros.

Para além do referido, não ocorreram eventos subsequentes que requeiram a divulgação nas demonstrações financeiras ou ajustamentos das mesmas desde 31 de dezembro de 2019.



### 5.13 Divulgações exigidas por outros diplomas legais.

#### Dívidas ao Estado e aos trabalhadores em situação de mora.

A entidade não apresenta dívidas ao Estado em situação de mora, nos termos do Decreto-Lei 534/80, de 7 de novembro.

Dando cumprimento ao estabelecido no Decreto-Lei 411/91, de 17 de outubro, informa-se que a situação da entidade perante a Segurança Social se encontra regularizada, dentro dos prazos legalmente estipulados.

No que se refere às dívidas para com os trabalhadores, estão em situação de mora alguns salários de 2012 e algumas atualizações salariais entre 2008 e 2010 e 2018 e 2019, cujo montante ascende, em 31/12/2019, a 281 645,93 euros.

Diz-se que não há dívidas ao Estado, apesar de existirem estas moras, porque não foram sequer processados os salários correspondentes.

### 5.14 Outras divulgações.

#### 5.14.1 Caixa e depósitos bancários.

Todos os valores apresentados em caixa e seus equivalentes estão disponíveis para uso. A desagregação dos valores inscritos na rubrica de caixa e depósitos bancários é feita de seguida:

	<u>31-Dez-19</u>	<u>31-Dez-18</u>
Depósitos bancários imediatamente mobilizáveis	87 777,38	38 513,46
Caixa e seus equivalentes	3 487,21	2 027,40
Outros equivalentes de caixa	10 500,00	22 500,00
	<u><b>101 764,59</b></u>	<u><b>63 040,86</b></u>

### 5.14.2 Créditos a receber e outros ativos correntes.

Em 31 dezembro de 2019 e 2018, estas rubricas apresentam a seguinte composição:



	31-Dez-19		31-Dez-18	
	Não corrente	Corrente	Não corrente	Corrente
IEFP	0,00	25 106,91	0,00	34 488,52
Formação	0,00	0,00	0,00	0,00
Devedores diversos	0,00	5,26	0,00	5,13
Caução Santa Casa M. Lisboa	4 500,00	0,00	4 500,00	0,00
Devedores Diversos - Segurança Social	0,00	5 967,50	0,00	6 122,50
Devedores por acrésc. Rend. - Seg. Social	0,00	328 948,89	0,00	3 881,92
Débitos de fornecedores	0,00	1 151,00	0,00	0,00
Adiantamentos ao pessoal	0,00	585,26	0,00	527,46
Clientes e utentes	0,00	57 484,67	0,00	63 746,43
	<b>4 500,00</b>	<b>419 249,49</b>	<b>4 500,00</b>	<b>108 771,96</b>

### 5.14.3 Estado e Outros Entes Públicos.

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018 as rubricas de “Estado e outros entes públicos” apresentam a seguinte composição:

	31-Dez-19	31-Dez-18
<b>Ativo</b>		
Imposto sobre o valor acrescentado (IVA)	7 380,09	5 660,57
	<b>7 380,09</b>	<b>5 660,57</b>
<b>Passivo</b>		
Imposto sobre o rend. das pessoas singulares (IRS)	13 512,90	18 275,55
Segurança Social	164 169,51	169 133,01
Outras tributações	353,03	351,83
	<b>178 035,44</b>	<b>187 760,39</b>

**5.14.4 Diferimentos (ativo).**

Em 31 dezembro de 2019 e 2018, a rubrica do ativo de “Diferimentos” apresenta a seguinte composição:

	<u>31-Dez-19</u>	<u>31-Dez-18</u>
<b>Diferimentos (Ativo)</b>		
Seguros	1 310,70	3 101,80
Vigilância e segurança	0,00	2 000,00
Material	7,69	60,31
	<u><b>1 318,39</b></u>	<u><b>5 162,11</b></u>

Estes gastos a reconhecer respeitam a montantes pagos em 2019, mas que abrangem o ano de 2020.

**5.14.5 Fornecedores e outros passivos correntes.**

Em 31 dezembro de 2019 e 2018 as rubricas de “Fornecedores”, “Outras dívidas a pagar” e de “Outros passivos correntes” apresentam a seguinte composição:

**Fornecedores e outras dívidas a pagar**

	<u>31-Dez-19</u>	<u>31-Dez-18</u>
Fornecedores c/c	795 547,02	572 206,12
	<u><b>795 547,02</b></u>	<u><b>572 206,12</b></u>



## Outros passivos correntes

	31-Dez-19		31-Dez-18	
	Não corrente	Corrente	Não corrente	Corrente
Adiantamentos de utentes	0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal	0,00	290 854,99	0,00	430 865,80
Remunerações a liquidar	0,00	398 319,08	0,00	391 649,88
Fornecedores de investimento	0,00	55 000,00	0,00	3 051,81
Juros a liquidar	0,00	3 615,24	0,00	3 618,95
Reposições Segurança Social	0,00	25 900,60	0,00	29 211,87
Reposições IEFP	0,00	0,00	0,00	864,10
Dívida ACT	0,00	0,00	0,00	1 257,10
IMT	0,00	0,00	0,00	800,00
Sindicatos	0,00	626,46	0,00	1 137,72
Depósitos de utentes	0,00	10 642,19	0,00	10 642,19
Credores diversos	0,00	15 835,19	0,00	19 268,45
Serviços bancários a liquidar	0,00	0,00	0,00	28,73
Eletricidade a liquidar	0,00	7 195,51	0,00	6 457,82
Gás a liquidar	0,00	11 116,40	0,00	24 332,45
Água a liquidar	0,00	2 120,76	0,00	1 111,29
Condomínios a liquidar	0,00	2 334,59	0,00	2 178,95
Vigilância e Segurança	0,00	3 115,59	0,00	0,00
	<b>0,00</b>	<b>826 676,60</b>	<b>0,00</b>	<b>926 477,11</b>

## 5.14.6 Diferimentos (passivo).

Em 31 dezembro de 2019 e 2018 a rubrica do passivo “Diferimentos” apresenta a seguinte composição:

	31-Dez-19	31-Dez-18
Diferimentos (Passivo)		
IEFP	25 676,58	31 914,83
	<b>25 676,58</b>	<b>31 914,83</b>

### 5.14.7 Rédito.

O rédito reconhecido pela instituição em 31 dezembro de 2019 e 2018 é detalhado conforme se segue:

	31-Dez-19			31-Dez-18		
	Utentes	Outros	Total	Utentes	Outros	Total
Quotas	4 005,00	0,00	4 005,00	3 435,00	0,00	3 435,00
Mensalidades utentes	1 595 724,63	0,00	1 595 724,63	1 606 416,78	0,00	1 606 416,78
Serviços Secundários	40 476,52	0,00	40 476,52	25 830,21	0,00	25 830,21
Vendas:						
Fraldas	29 064,58	0,00	29 064,58	22 433,27	0,00	22 433,27
Medicamentos	0,00	0,00	0,00	516,05	0,00	516,05
Produtos Livraria	152 085,00	0,00	152 085,00	148 769,00	0,00	148 769,00
	<b>1 821 355,73</b>	<b>0,00</b>	<b>1 821 355,73</b>	<b>1 807 400,31</b>	<b>0,00</b>	<b>1 807 400,31</b>

### 5.14.8 Subsídios.

Durante os exercícios de 2018 e 2019, a instituição beneficiou dos seguintes subsídios à exploração:

	31-Dez-19	31-Dez-18
Centro Regional Segurança Social		
Infância e Juventude	691 397,28	689 429,06
Terceira Idade	1 223 118,04	1 344 522,16
IEFP	10 550,99	5 590,93
Outras Entidades Públicas	627 726,07	104 749,98
	<b>2 552 792,38</b>	<b>2 144 292,13</b>

As participações do Centro Regional de Segurança Social estão relacionadas com os vários serviços prestados à comunidade pela instituição e são definidos de acordo com o número de utentes dos serviços participados por esta entidade.

De sublinhar a obtenção, em 2019, do subsídio oriundo do Fundo de Socorro Social, pelo montante de 554.000 €, o qual também vem expresso na tabela supra.

### 5.14.9 Fornecimentos e serviços externos.

A rubrica de “Fornecimentos e serviços externos” nos exercícios findos em 31 dezembro 2019 e 2018 é detalhada conforme se segue:

	<u>31-Dez-19</u>	<u>31-Dez-18</u>
Serviços especializados	93 738,98	94 853,46
Materiais	22 958,62	27 707,89
Energia e fluídos	241 925,26	251 436,33
Deslocações, estadas e transportes	2 670,31	3 229,48
<b>Serviços diversos</b>		
Rendas e alugueres	3 311,10	4 529,91
Comunicação	9 743,64	12 140,28
Seguros	10 389,88	10 607,91
Contencioso e notariado	130,30	18,00
Despesas de representação	42,50	20,00
Limpeza, higiene e conforto	4 171,33	5 410,89
Outros serviços	59 746,38	22 971,74
	<u><b>448 828,30</b></u>	<u><b>432 925,89</b></u>

### 5.14.10 Gastos com o pessoal.

A rubrica de “Gastos com o pessoal” nos exercícios findos em 31 dezembro 2019 e 2018 é detalhada conforme se segue:

	<u>31-Dez-19</u>	<u>31-Dez-18</u>
Remunerações do pessoal	2 364 505,80	2 322 797,42
Indemnizações	7 452,51	2 885,65
Encargos sobre remunerações	505 915,59	504 050,97
Seguros	25 239,78	32 991,16
Outros gastos com pessoal	4 409,97	4 348,74
	<u><b>2 907 523,65</b></u>	<u><b>2 867 073,94</b></u>

**5.14.11 Outros rendimentos.**

A decomposição da rubrica de “Outros rendimentos” nos exercícios findos em 31 dezembro 2019 e 2018 é conforme segue:

	<u>31-Dez-19</u>	<u>31-Dez-18</u>
Rendas	5 163,97	10 794,21
Subsídios ao investimento	62 403,56	77 403,56
Donativos	74 610,24	48 593,99
Outros rendimentos e ganhos	52 224,99	122 912,73
Juros	32,99	2,83
	<u><b>194 435,75</b></u>	<u><b>259 707,32</b></u>

**5.14.12 Outros gastos.**

A decomposição da rubrica de “Outros gastos” nos exercícios findos em 31 dezembro 2019 e 2018 é conforme segue:

	<u>31-Dez-19</u>	<u>31-Dez-18</u>
Impostos	3 630,60	4 334,91
Dívidas incobráveis	4 113,95	50 442,44
Gastos em Inv. não financ. - Abates	0,00	7 773,46
Correções relativas per. anteriores	15 498,03	7 634,47
Quotizações	1 420,00	1 380,00
Outros gastos	3 075,81	3 722,50
	<u><b>27 738,39</b></u>	<u><b>75 287,78</b></u>



**5.14.13 Juros e gastos similares suportados.**

Os gastos de financiamento no decurso dos exercícios findos em 31 dezembro de 2019 e 2018 são detalhados conforme segue:

	<u>31-Dez-19</u>	<u>31-Dez-18</u>
Juros suportados	45 634,64	57 693,98
	<u><b>45 634,64</b></u>	<u><b>57 693,98</b></u>

Chaves, 12 de março de 2020





### Ata do Conselho Fiscal

Aos doze dias do mês de março do ano dois mil e vinte, pelas dezassete e trinta horas, nas instalações da Escola de Artes e Ofícios da Santa Casa da Misericórdia de Chaves, reuniu o Conselho Fiscal da Santa Casa da Misericórdia de Chaves, estando presentes: Jorge Gualdino Lourenço Melo, Vítor Manuel Salgado Dias, Fernando José Ramos e Pedro Manuel Oliveira Branco Teixeira a fim de se pronunciar sobre o Relatório de Atividades e Contas do exercício respeitante ao ano de dois mil e dezanove.-----

Estiveram ainda presentes o Senhor Tesoureiro, Miguel dos Santos Martins e o Técnico Oficial de Contas Hélder Ferreira.-----

No âmbito das funções conferidas, foi analisado o balanço de 31 de dezembro de 2019, a demonstração de resultados por naturezas, a demonstração dos fluxos de caixa para o período findo naquela data e outros documentos pertinentes.-----

Face à análise dos documentos mencionados e contrastados que foram com o Revisor Oficial de Contas, foi emitido o seguinte Parecer: -----

### Parecer

**Somos de opinião favorável à aprovação do Relatório de Atividades e Contas do exercício de 2019, propondo à Assembleia Geral de Irmãos a sua aprovação, uma vez os documentos se encontram de acordo com as disposições contabilísticas, legais e estatutárias aplicáveis.-----**

Chaves, 12 de março de 2020

O Presidente

O Vogal Efetivo

O Vogal Efetivo

**MAPA DE CONTROLO DO(S) SUBSÍDIO(S) PARA INVESTIMENTOS(S)**

ANEXO OBRIGATORIO

**CG**

 Conta de Gerência das Instituições Particulares de  
Solidariedade Social

ANO

2019

NISS

20004568230

NIPC

501429930

CONTAS	DESCRIÇÕES	ANO INÍCIO UTILIZAÇÃO INVEST.º (2)	VALOR TOTAL POR ENTIDADE E EMPREEND.º (3)	TAXA DE AMORTIZ. (4)	VALORES ANUAIS DAS REDUÇÕES E DAS AMORTIZAÇÕES					SALDO VALOR LIQ. ANO N-1 (9)	MOVIMENTOS NO ANO			SALDO VALOR LIQ. ANO N (14)
					1.º ANO (5)	4.º e 5.º ANO (6)	6.º ANO (7)	7.º ao 50.º ANO (8)	A débito (10)		A crédito (11)	Outros débitos (12)	Outros créditos (13)	
					(5)	(6)	(7)	(8)	(10)		(11)	(12)	(13)	
<b>593</b>	<b>SUBSÍDIOS</b>													
593101	<b>PIDDAC</b>													
	Escola Prof. Nuno Rodrigues-Lar crianças e jovens	1997	773.975,54	2%					15.479,51	495.744,15	15.479,51			480.264,64
	Lar Santa Isabel - Vilar de Nantes	1998	841.042,99	2%					16.820,86	487.813,78	16.820,86			470.992,92
593101	<b>PIDDAC</b>													
	Lar N.ª Sr.ª da Misericórdia	1997	26.730,58	2%					534,61	15.744,09	534,61			15.209,48
593105	Participação Pública Nacional													
	C.S. Vilarinho da Raia	2007	48.267,81	2%					965,36	36.683,57	965,36			35.718,21
	CATL - Casas dos Montes	2002	38.902,51	2%					778,05	24.897,60	778,05			24.119,55
	Lar Padre Juntino Magalhães	2007	48.265,51	2%					965,31	36.683,67	965,31			35.718,36
	Creche Casas dos Montes	2004	64.596,61	2%					1.291,93	45.217,63	1.291,93			43.925,70
593106	<b>FEDER</b>													
	C.S. Vilarinho da Raia	2007	72.401,72	2%					1.448,03	55.025,31	1.448,03			53.577,28
	CATL - Casas dos Montes	2002	116.707,51	2%					2.334,15	74.692,81	2.334,15			72.358,66
	Lar Padre Juntino Magalhães	2007	72.398,36	2%					1.447,97	55.022,75	1.447,97			53.574,78
	Creche Casas dos Montes	2004	96.894,93	2%					1.937,90	67.826,45	1.937,90			65.888,55
593108	<b>ARSN. IP Programa Modular</b>													
	Edificações e Instalações Técnicas													
593111	<b>FUNDO SOCORRO SOCIAL</b>													
	I.G.F.S.Social	2016	67.000,00	20%					13.400,00	26.800,00	13.400,00			13.400,00
593112	Município de chaves	2016	25.000,00	20%					5.000,00	10.000,00	5.000,00			5.000,00
	<b>TOTAL SUBS. DA SANTA CASA DE CHAVES</b>		<b>2.292.184,07</b>						<b>44.003,68</b>	<b>1.432.151,81</b>	<b>62.403,68</b>			<b>1.369.748,13</b>
	<b>TOTAL DO INVESTIM. -</b>								<b>i+j+k+l+q+r</b>					
	<b>A+B+C+D+E</b>													
	<b>f+g</b>													
	<b>e+f+g=&lt;h+i+j+l</b>													

e+f+g=&lt;h+i+j+l

**NOTA: O mapa deverá incluir todos os subsídios ainda por regularizar, assim como todos os investimentos por eles subsidiados e que ainda não estejam completamente amortizados.**

Em cada sub-conta só deverão ser registados os valores com origem na mesma "Entidade" e para o mesmo investimento (Empreendimento).

As colunas para os valores das amortizações dos imobilizados e das reduções dos subsídios para os investimentos, deverão ser aumentadas no caso dos "Empreendimentos" incluírem imobilizados com mais taxas de amortização diferenciadas,

**António Fernando Ledo de Matos**

*Revisor Oficial de Contas*

*Economista*

*Inscrito na Lista dos Revisores Oficiais de Contas sob o número 855*

*Inscrito na CMVM sob o número 20160479*

*Contribuinte n.º 144 315 157*

**Certificação Legal das Contas**

**RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

**Opinião com reservas**

Auditámos as demonstrações financeiras anexas da Santa Casa da Misericórdia de Chaves, que compreendem o balanço em 31 de dezembro de 2019 (que evidencia um total de 8.726.298,77 € e um total de fundos patrimoniais de 6.041.777,46 €, incluindo um resultado líquido de 312.360,45 €), a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração de fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data e o Anexo que inclui um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, exceto quanto aos efeitos e/ou possíveis efeitos da matéria referida na secção “Bases para a opinião com reservas”, as demonstrações financeiras anexas estão preparadas, em todos os aspetos materiais, de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para as Entidades do Setor Não Lucrativo adotada em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística.

**Bases para a opinião com reservas**

A entidade não possui um cadastro devidamente organizado dos bens de que é titular pertencentes ao seu Ativo Fixo Tangível, incluindo aqueles que compõem o seu património histórico e artístico. Esta circunstância não permite aferir com a devida certeza e segurança as asserções relativas à propriedade, mensuração, plenitude e existência física dos elementos que compõem o dito património.

Em resultado do facto acabado de expor, também sai prejudicada a correta e integral validação de todos os factos e operações complementares associados à aquisição e posse dos Ativos ora em apreço, como sejam as suas Depreciações, Revalorizações e a contabilização dos movimentos ligados aos Subsídios ao Investimento recebidos pela entidade aquando da aquisição dos Ativos subsidiados.

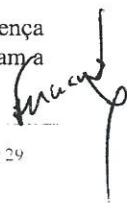
Salienta-se que o edificado propriedade da entidade foi objeto de reavaliação em 2010, não sendo possível apreciar a razoabilidade dos valores decorrentes da mesma, bem como, por consequência, as depreciações associadas a esse edificado.

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades, nos termos dessas normas, estão descritas na secção “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras” abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião com reservas.

**Ênfases**

Apesar da magnitude, dimensão e duração expectável dos efeitos provocados pela doença denominada COVID-19 sobre a economia nacional, não é provável que tais efeitos venham a



**António Fernando Ledo de Matos**

*Revisor Oficial de Contas*

*Economista*

*Inscrito na Lista dos Revisores Oficiais de Contas sob o número 855*

*Inscrito na CMVM sob o número 20160479*

*Contribuinte n.º 144 315 157*

ter um impacto profundo no nível de atividade da entidade, nos seus fluxos de caixa, bem como no relacionamento com os seus parceiros de negócio.

De todo o modo, é de esperar que se assista:

- A um certo incremento nas dificuldades de recebimento dos créditos que se vão formando sobre os clientes/utentes da entidade;
- A um crescimento das despesas de funcionamento corrente associadas ao consumo de produtos e à aquisição de utensílios diretamente ligados à implementação das medidas de segurança e higiene que decorrem da necessidade de evitar e controlar a propagação da doença em causa.

Assim, não se pode excluir a hipótese de ocorrer alguma deterioração ao nível dos fluxos de caixa e de rentabilidade da entidade, decorrente do exposto.

A nossa opinião não é modificada em relação a esta matéria.

**Responsabilidades do órgão de gestão e do órgão de fiscalização pelas demonstrações financeiras**

O órgão de gestão é responsável pela:

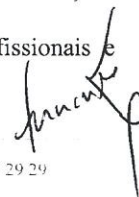
- Preparação de demonstrações financeiras de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Setor Não Lucrativo adotada em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística;
- Elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- Criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devida a fraude ou erro;
- Adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- Avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

O órgão de fiscalização é responsável pela supervisão do processo de preparação e divulgação da informação financeira da Entidade.

**Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras**

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:



**António Fernando Ledo de Matos**

*Revisor Oficial de Contas  
Economista*

*Inscrito na Lista dos Revisores Oficiais de Contas sob o número 855  
Inscrito na CMVM sob o número 20160476*

*Contribuente n.º 144.315.157*

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- Obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;
- Avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Setor Não Lucrativo adotada em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística;
- Concluimos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;
- Avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, nos termos da Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Setor Não Lucrativo adotada em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística; e
- Comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificado durante a auditoria.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

**Relato sobre outros requisitos legais e regulamentares**

**Sobre o relatório de gestão**

Em nossa opinião, o relatório de gestão foi preparado de acordo com as leis e regulamentos aplicáveis em vigor e a informação nele constante é coerente com as demonstrações financeiras auditadas, não tendo sido identificadas incorreções materiais.

Chaves, 26 de junho de 2020

  
António Fernando Ledo de Matos, ROC n.º 855